

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Ana Celina Figueira da Silva

**O MUSEU E A CONSAGRAÇÃO DA MEMÓRIA DE JULIO DE
CASTILHOS (1903 – 1925)**

Porto Alegre,

2011

Ana Celina Figueira da Silva

***O MUSEU E A CONSAGRAÇÃO DA MEMÓRIA DE JULIO DE
CASTILHOS (1903 – 1925)***

Monografia realizada como pré-requisito para a conclusão do curso de Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Zita Possamai

Porto Alegre,
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor Ricardo Schneiders da Silva
Vice-diretora Regina Helena Van der Lann

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe Ana Maria Moura
Chefe Substituta Sônia Elisa Caregnato

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA

Coordenadora Marlise Maria Giovanaz
Vice-coordenadora Jeniffer Alves Cuty

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S586m Silva, Ana Celina Figueira da
O museu e a consagração da memória de Julio de Castilhos (1903-1925) / Ana
Celina Figueira da Silva. 2011.
58 f. : il.
Orientadora: Zita Possamai.

Trabalho de conclusão (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia. Porto Alegre,
2011.

1. Museu Julio de Castilhos. 2. Museu histórico. 3. Memória. I. Possamai, Zita.
II. Título.

CDU: 69.1(816.51)

Departamento de Ciência da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705
Bairro Santana
Porto Alegre – RS
CEP 90035-007
Telefone: 51 3308 5067
E-mail: fabico@ufrgs.br

Ana Celina Figueira da Silva

**O MUSEU E A CONSAGRAÇÃO DA MEMÓRIA DE JULIO DE
CASTILHOS (1903 – 1925)**

Monografia realizada como pré-requisito para
conclusão do curso de Museologia da
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora Prof^a Dr^a Zita Possamai

Aprovada em 05 de dezembro de 2011.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dr^a Zita Rosane Possamai

Prof^a Dr^a Lizete Dias de Oliveira

Prof^a Me. Marlise Maria Giovanaz

Para o culto do eu, a memória é vital. É preciso salvar do esquecimento, do esfumaçamento provocado pela morte, individualidades tão ricamente elaboradas.

Regina Abreu

AGRADECIMENTOS

Aos colegas da primeira turma do curso de Museologia agradeço os bons momentos compartilhados nesses quatro anos. Especialmente agradeço à Carla Renata, Cidara, Eliane, Michele e Rosângela pelas trocas e aprendizado (de todos os tipos) construídos na convivência ao longo desse período.

À Luciana agradeço a gentileza no auxílio na formatação do trabalho dentro das normas da ABNT. À Letíssia pelo convívio durante os dois anos em que estagiamos no Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre. Leti, obrigada pelo coleguismo, pela paciência, pelas dicas de conservação, foi um tempo bom, em que aprendi muito e nos aproximamos. Ao Manolo, pelas informações que trocamos sobre o Museu Julio de Castilhos. Também lembro carinhosamente dos colegas David e Jeanice pela parceria na nossa exposição curricular.

Aos professores do curso agradeço pelas novas leituras e reflexões que me proporcionaram. Lembro da querida professora que iniciou junto conosco, Valéria Abdalla, nos introduzindo no mundo da Museologia.

Aos professores *pai e mães* da Museologia, Ana Maria Dalla Zen, Iara Bitencourt Neves, Marlise Giovanaz e Valdir Morigi, pela coragem de começar. Sabemos que é “*caminhando que se faz o caminho*”, mas é preciso dar o primeiro passo da caminhada e vocês tiveram essa coragem de iniciar.

À professora Marlise Giovanaz pelos ensinamentos como professora, pela orientação nos meus três Estágios Curricular e pelo acolhimento e escuta atenta que sempre devotou a nossa turma. Agradeço também pela participação na banca avaliadora desse trabalho junto com a professora Lizete Dias de Oliveira, que em *Teoria do Objeto*, me ensinou a *olhar* para os objetos e para as *mãos*, fazendo-me perceber que os mecanismos no processo de criação e no desenvolvimento de habilidades manuais são profundamente ligados ao intelecto, acabando de vez com resquícios de preconceito que eu guardava em relação ao pouco valor do trabalho manual comparado ao intelectual.

Agradeço de forma especial à professora Zita Possamai, minha orientadora, pelo apoio, incentivo, conversas e riquíssimas sugestões. Conheci a professora Zita há alguns anos quando estagiei no Museu de Porto Alegre na época em que ela dirigia aquela instituição. Reencontrá-la como professora no curso de Museologia e tê-la como orientadora nesse TCC foi uma grande honra, pois admiro seu trabalho e atuação de longa data na área da memória e do patrimônio, quando esses eram assuntos quase desconhecidos e/ou desconsiderados na academia. Zita, obrigada pela inspiração!

Agradeço à equipe do Museu Julio de Castilhos e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) pela pronta disponibilização dos documentos à pesquisa.

Ao Alexandre dedico esse trabalho como forma de agradecimento pelo companheirismo e cumplicidade.

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso que busca identificar a atuação do Museu Julio de Castilhos, entre os anos 1903 a 1925, na consagração da memória de Julio de Castilhos, líder republicano rio-grandense. Apresenta a trajetória da criação dos museus nacionais na Europa e a criação dos museus no Brasil no século XIX. Aponta a criação do Museu Julio de Castilhos e o perfil que o caracterizou durante a administração de seu primeiro diretor, Rodolfo Simch, como integrado ao movimento da *Era Brasileira dos Museus* comparando sua atuação com a do Museu Nacional, Museu Paulista e Museu Paraense Emílio Goeldi. Ressalta a função evocativa e consagradora de personalidades desempenhada pelos Museus Históricos. Identifica através da análise de relatórios e correspondências oficiais do Museu Julio de Castilhos atitudes de homenagens póstumas a Julio de Castilhos por parte da direção do Museu e do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Analisa o processo inicial da formação de uma coleção de objetos de Julio de Castilhos junto à Seção histórica do Museu logo após sua morte. Analisa o processo de aquisição da ex-residência de Julio de Castilhos e a transferência do Museu do Estado para esse prédio. Indica que essas duas atitudes somadas à alteração do nome do Museu para Museu Julio de Castilhos atuam na construção do mito do grande líder republicano e patriarca rio-grandense.

Palavras-chave: Museu; Museu Julio de Castilhos; Consagração; Memória.

ABSTRACT

The article seeks to identify the role of the Julio de Castilhos Museum, between the years 1903 and 1925, in upholding the memory of Julio de Castilhos, the Republican leader of Rio Grande do Sul state. It presents the history of the creation of national museums in Europe and also in Brazil in the nineteenth century. It points to the creation of the Julio Castilhos Museum and the profile that characterized it during the administration of its first director, Rodolfo Simch, as belonging to the movement of the Brazilian Museums, it was comparing his performance with the Nacional Museum, Paulista Museum and Emílio Goeldi Museum. It highlights the evocative and consecrating functions carried out by the historical museums. It identifies, through analysis of reports and official correspondence of Julio de Castilhos Museum, attitudes of posthumous honors for Julio de Castilhos by the Museum's Direction and by the government of the State of Rio Grande do Sul. It analyzes the process of collection formation by objects belong to Julio de Castilhos by the historical section of the Museum after his death. It analyzes the process of acquisition of the former residence of Julio de Castilhos and transfer of the State Museum for this building. It indicates that these two actions, added to change the name of the State Museum to the Julio de Castilhos Museum, work in construction of the myth of the great republican leader and Patriarch of Rio Grande do Sul.

Keywords: Museum; Julio de Castilhos Museum; Consecration; Memory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BREVIÁRIO HISTÓRICO DOS MUSEUS	17
2.1 Das coleções privadas ao museu público: a formação dos museus nacionais na Europa	17
2.2 Os Museus no Brasil: <i>a Era brasileira dos museus e a criação do Museu do Estado</i>	20
3 MUSEUS HISTÓRICOS: <i>FABRICANDO IMORTAIS</i>	30
4 MUSEU JULIO DE CASTILHOS: TRAJETÓRIA IMPOSTA PELA MORTE	36
4.1 A coleção Julio de Castilhos: <i>guardando relíquias</i>	38
4.2 A casa de Júlio de Castilhos: <i>palacete da memória</i>	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Julio Prates de Castilhos, líder político do início da República, marcou definitivamente a história do Rio Grande do Sul. Castilhos foi um dos fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)¹ e do jornal “A Federação”², periódico oficial do PRR. Impingiu a seu governo³, uma feição modernizadora e autoritária, no sentido de promover o progresso econômico e a manutenção da ordem social, conforme os preceitos do Positivismo⁴. Morreu aos 43 anos de idade, vítima de câncer na traquéia, durante uma intervenção cirúrgica realizada em sua casa no dia 24 de outubro de 1903. Nessa época, embora não fosse mais o governador do Estado, ainda era o grande líder local e sua morte prematura causou grande comoção, sendo seu sepultamento assistido “[...] pela população em peso da capital. Até mesmo seus antigos adversários, em grande parte, compareceram.” (SPALDING apud BRITTO...[et al.], 2011, p. 4).

Após a morte de Castilhos inicia-se por parte do governo do Estado, uma série de homenagens cívicas incentivando a admiração em torno do líder político. A evocação da memória de Castilhos teve, certamente, a intenção

¹ O PRR foi fundado em 1882 “por um grupo de profissionais liberais, filhos de fazendeiros, alguns dos quais retornavam de seus estudos na faculdade de direito em São Paulo, como o jovem Júlio de Castilhos.” (KÜHN, 2002, p. 105).

² Fundado em 1884 e dirigido por Julio de Castilhos até 1889.

³ Julio de Castilhos assume o governo do Rio Grande do Sul em 1889, com o início do regime republicano, sendo deposto em 12/11/1891, devido à reação popular contra o golpe de Deodoro da Fonseca, a quem apoiava. Após o *governicho*, período marcado por grande número de políticos que se revezam no governo estadual, Castilhos volta a ocupar a presidência do Estado “no bojo de uma insurreição patrocinada pelos republicanos, em 17 de junho de 1892, renunciando, em seguida, para disputar as eleições para a Presidência do Estado pelo voto direto, sendo eleito no pleito de 20 de novembro daquele ano, tomando posse no dia 25 de janeiro de 1893” (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 28). Em 1898 Castilhos encerra seu mandato e indica Borges de Medeiros como seu sucessor ao governo do Estado, permanecendo, porém, com o controle político à frente do PRR. Conforme Axt (2005, p. 123), a hegemonia castilhista inicia em 1895 e se estende até 1903: “Com a derrota e o quase extermínio da oposição, Julio de Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando a administração pública, a política estadual e as situações municipais até sua morte prematura em 1903”.

⁴ O PRR adotou o Positivismo, mas não de maneira ortodoxa, conforme coloca Kühn, (2002, p. 111): “O positivismo, na sua concepção original, tinha uma visão progressista e conservadora ao mesmo tempo: pregava a aceleração do desenvolvimento industrial, mas sem alterações sociais. No contexto gaúcho, a adaptação das idéias positivistas permitiu que um projeto capitalista fosse implantado, com a realização da modernização econômica, especialmente no setor de transportes, e a ampliação da base política do governo, sendo realizadas alianças com as “classes médias” e com grupos da região de colonização”.

política de consagrá-lo como o grande líder republicano rio-grandense, afirmando o castilhismo como o projeto político vencedor⁵ e o modelo a ser seguido e também a de legitimar Borges de Medeiros⁶ como o inquestionável herdeiro político de Castilhos, o que o ajudaria a manter a unidade e estabilidade dentro do PRR⁷, antes garantida pela autoridade do líder morto⁸.

Devemos considerar também que as homenagens cívicas prestadas a Julio de Castilhos no Rio Grande do Sul, estão inseridas dentro de um contexto maior de culto aos personagens ligados à instauração do novo regime republicano. As lideranças nacionais e/ou regionais relacionadas à instauração da república, serão os “novos heróis” que passarão a ser representados em imagens e cultuados através de ritualismos cívicos, como coloca Leal:

“Os monumentos públicos, bustos, quadros, litografias eram suportes visual às atividades políticas de romarias, comemorações públicas, homenagens, festas cívicas, crescentes em todo o Brasil, com a República. É necessário que se faça um inventário nacional, mas é quase certo que para cada grande cidade, foi erguido um monumento

⁵ Vitória materializada no enfrentamento entre federalistas e republicanos na Revolução Federalista (1893-1895). A oposição composta por ex-liberais e ex-conservadores, estava unida no Partido Federalista (os maragatos) em torno da liderança de Gaspar Silveira Martins. Do lado do governo, os republicanos, reunidos no PRR (os pica-paus), foram liderados por Julio de Castilhos. Os republicanos contaram com o apoio do Exército brasileiro, devido ao apoio do presidente Floriano Peixoto a Castilhos. Foi uma disputa extremamente violenta, famosa pela prática da “degola” que terminou com a derrota da oposição que teve de se dobrar ao poder castilhista. Inicia-se dessa forma, a hegemonia de Castilhos que se encerra somente com sua morte.

⁶ Borges de Medeiros governou o Rio Grande do Sul entre 1898 e 1908 e entre 1913 e 1928. O único período em que não esteve à frente do executivo estadual, em quase um quarto de século, foi entre 1909 e 1912, quando Carlos Barbosa, também do PRR, assumiu o governo do Estado.

⁷ Borges após a morte de Castilhos, além de presidir o Governo do Estado, a partir de 11 de novembro de 1903 também assume a liderança do PRR.

⁸ Elisabete Leal esclarece que Borges de Medeiros sabia que muitos correligionários estavam descontentes, que existiam divisões que poderiam levar à fragmentação partidária, mas também era conhecedor da evidente unanimidade em relação à pessoa e memória de Júlio de Castilhos. Diz ela, que: “*A morte súbita de Castilhos em 1903 causou uma orfandade no PRR, e Borges assumiu a liderança do partido concomitante com a administração do governo estadual. O partido formado por correligionários que tinham diferentes graus de adesão ao positivismo, vinha sendo até então contido pela liderança incontestável de Castilhos. Havia os democráticos, que por força da presença do líder, toleravam ou aceitavam com reservas a feição sociocrática da Constituição de 14 de julho; os positivistas comunistas e os positivistas mais heterodoxos, que aceitavam também a obra de Laffitte e Littré. A morte de Castilhos permitiu que essas diferentes vozes se revelassem no PRR. [...]. Borges debatia-se em liderar um partido que, embora boa parte dos membros tivesse conhecimento e simpatias ao positivismo, se dividia em tipos de positivismo. Muitas vezes era apenas uma adesão personalista a Castilhos e não à sua Constituição de feição positivista.*” (LEAL, 2006, p.193)

ou mais modestamente uma estátua ou busto em praça pública de uma liderança política regional, cuja memória foi reverenciada em ritualismos cívicos. Com isso, o fenômeno político que foi Castilhos, e o conseqüente culto à sua imagem e memória, não foi único no Brasil, tampouco especial porque havia positivistas no Rio Grande do Sul, embora o positivismo tenha balizado as práticas políticas no governo estadual.” (LEAL, 2006, p.193)

A veneração à memória de Julio de Castilhos no Rio Grande do Sul foi realizada através da imprensa situacionista e de obras encomendadas pelo governo do estado.

O jornal *A Federação* apresenta, a partir de 26 de outubro de 1903, artigos em homenagem a Castilhos intitulados “O Grande Morto”, usando “intensamente os recursos da construção mítica no processo de heroicização de Julio de Castilhos” (FÉLIX, 1998, p.146).

Os monumentos em torno dos quais seriam prestadas inúmeras homenagens, como as romarias promovidas pelo PRR e que sempre contavam com grande número de participantes, tanto de correligionários quanto de admiradores em geral⁹, também fizeram parte do processo de heroicização de Castilhos. Os monumentos fúnebre e público foram encomendados por Borges de Medeiros ao artista carioca Décio Villares, passada apenas uma semana da morte de Castilhos. O primeiro a ser concluído foi o monumento fúnebre, inaugurado em 1904, sendo o monumento cívico, localizado na Praça da Matriz, finalizado somente em 1913, com alegorias que, conforme o artista executor da obra, representavam a Coragem, a Firmeza e a Prudência¹⁰ - qualidades atribuídas à personalidade de Julio de Castilhos. Décio Villares também foi o artista responsável pela confecção de moedas de prata com a face de Castilhos, cunhadas na Casa da Moeda, no Rio de Janeiro. Leal

⁹ Conforme denota-se da notícia de 29/06/1911, publicada no *Correio do Povo* e reproduzida nesse mesmo jornal em 29 de junho de 2011 na página 20. A notícia trata da romaria ao túmulo de Júlio de Castilhos no cemitério da Santa Casa, pela passagem de seu aniversário natalício. Julio de Castilhos nasceu em 29 de junho de 1860 em Vila Rica, em São Martinho, na época um distrito da cidade de Cruz Alta. Também FÉLIX (1998) ao analisar o jornal *A Federação* nos anos 1903 a 1908; 1915, 1917, 1922 e 1923, em dias próximos à data da morte de Julio de Castilhos, descreve inúmeras convocações do PRR à participação de correligionários e população em geral nas romarias ao túmulo do líder político para homenageá-lo na data de seu falecimento.

¹⁰ A descrição e significação dos elementos que compõem tanto o túmulo quanto o monumento cívico de Julio de Castilhos são feitas por LEAL, 2006, principalmente no capítulo 6, Parte IV – “Os monumentos e os bustos a Julio de Castilhos”.

informa (2006, p. 263) que essas medalhas comemorativas foram oferecidas aos deputados da Assembléia dos Representantes em 1916 e pagas com verbas da Secretaria de Obras Públicas, assim como tinha ocorrido com os monumentos. Percebe-se, portanto, que houve um investimento¹¹ do governo do Estado na produção de imagens consagradoras de Julio de Castilhos como o líder máximo do republicanismo, pois é o Estado, através de sua Secretaria de Obras Públicas, que financia as obras de memorização do líder morto. Entre esses investimentos do governo considero que podemos incluir a compra em 1905, da casa onde Julio de Castilhos e sua família viveram, localizada na antiga Rua da Igreja, atual Duque de Caxias. O governo comprou a ex-casa de Castilhos para sediar o Museu do Estado, que até então ocupava dois pavilhões construídos no antigo Campo da Redenção, ao lado da Escola de Engenharia.

O Museu do Estado foi criado em 30 de janeiro de 1903, nove meses, portanto, antes da morte de Julio de Castilhos. A atuação de seu primeiro diretor, o engenheiro Francisco Rodolfo Simch, priorizou as ciências naturais, em consonância com os demais museus criados no Brasil que eram Museus de História Natural. A partir de 1925, com a saída de Simch da direção, inicia-se um processo de mudança, que resultará na transformação do Museu em um Museu Histórico.

Atualmente as exposições de longa duração do Museu Julio de Castilhos (MJC) pretendem retratar a história rio-grandense. Dessa forma, quem hoje visita o Museu vislumbra, organizados em salas temáticas, objetos evocativos da Guerra Farroupilha, das Missões Jesuíticas, de grupos indígenas e da escravidão negra no Estado¹². Dentre as salas de exposições de longa duração que o Museu apresenta, há uma dedicada a seu patrono. Na *Sala Julio de Castilhos* encontram-se expostos, além de móveis do quarto e do gabinete, a

¹¹ Leal informa que entre 1910 e 1915 o total de gastos nas obras de homenagem a Castilhos foi de quinhentos contos de réis, o equivalente ao que foi gasto em 1910 nas obras do Palácio do Governo (LEAL, 2006, p.205)

¹² O Museu Julio de Castilhos apresenta cinco ambientes com exposições de longa duração: Revolução Farroupilha, Escravidão, Sala Indígena, Sala Missioneira e Sala Julio de Castilhos. Atualmente o MJC também realiza exposições temporárias relativas a diversos temas vinculados tanto à história do Rio Grande do Sul como do Brasil.

máscara mortuária, retratos de família, exemplar da Constituição de 1891 e outros objetos referentes à vida privada e pública do líder político republicano.

Nesse trabalho procurei verificar como o Museu atuou na consagração da memória de Júlio de Castilhos em período anterior ao da existência desse *espaço icônico*¹³ que é a Sala dedicada a seu patrono¹⁴. O foco desse trabalho foi voltado para a primeira gestão do Museu, entre os anos 1903 e 1925, período que abarca a morte de Castilhos e o início do seu processo de glorificação, onde acreditamos que o Museu participou. Explicando melhor, em que pese no período da primeira gestão ter preponderado o perfil de museu de ciências naturais, duas atitudes do governo estadual – a compra da casa de Castilhos para onde o Museu é transferido, e a alteração do nome do Museu do Estado para Museu Julio de Castilhos em homenagem ao mesmo em 1907- nos fazem considerar o Museu também como um dos “veículos de glorificação cívica”¹⁵ de Julio de Castilhos.

Dessa forma, a pergunta inicial que alavancou a pesquisa foi: o Museu, entre os anos 1903 e 1925, constituiu-se em um espaço consagrador da memória de Julio de Castilhos?

Para responder à questão colocada utilizou-se como fonte de pesquisa os Relatórios Anuais da Secretaria de Negócios das Obras Públicas (SOP) relativos aos anos 1903 a 1925 e as correspondências expedidas e recebidas do Museu Julio de Castilhos no mesmo período. Também foi consultado documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) relativos à casa que sedia o Museu.

¹³ Denominação utilizada por Tereza Scheiner para designar os espaços em museus dedicados à instauração mítica de personagens políticos. Ver SCHEINER, 2008.

¹⁴ Não se sabe ao certo a data de criação da expografia da Sala Julio de Castilhos. Em conversa informal com ex-técnica do Museu, Andrea Reis da Silveira, a criação teria sido na década de 1980. Os objetos que compõem esse ambiente têm sua doação registrada no Livro Tombo do Museu a partir de 1929, portanto posterior à primeira gestão. Sobre os objetos expostos nessa sala ver BRITO... [et al.], 2011.

¹⁵ Denominação atribuída por LEAL às homenagens feitas a Julio de Castilhos após sua morte, como biografias, monumentos cívico e fúnebre, bustos em bronze, romarias ao túmulo e a criação do Museu. A autora aprofunda em sua tese o estudo do Monumento cívico e fúnebre, e apenas cita a criação do Museu, não sendo sua preocupação de estudo essa instituição como consagradora da memória de Castilhos.

Nos Relatórios da SOP investigamos, logicamente, a parte relativa ao Museu Julio de Castilhos. Anualmente o diretor do Museu enviava relato à SOP das principais atividades desenvolvidas na instituição, das modificações no acervo, na administração e também da situação física do Museu, justificando solicitações feitas àquela Secretaria. Dessa forma, pelos Relatórios Anuais, foi possível acompanhar o crescimento do acervo, comparar qual acervo era mais valorizado pela direção, bem como os principais interesses do diretor e os problemas que esse percebia na instituição. Esses Relatórios encontram-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e o Museu Julio de Castilhos possui cópia deles.

Nas correspondências expedidas e recebidas pelo Museu foi possível acompanhar, não somente a comunicação com a SOP, mas também com outras instituições museológicas nacionais e internacionais, o intercâmbio científico que o Museu mantinha com essas instituições, bem como com as municipalidades do Estado. Essas correspondências foram pesquisadas no Museu Julio de Castilhos.

A leitura do corpo documental foi orientada na tentativa de identificar as manifestações da direção do Museu nos seguintes aspectos: compra e transferência do Museu para a ex-casa de Julio de Castilhos; solicitações mais freqüentes; proposições em relação aos seus acervos e proposições em relação à celebração da memória de Julio de Castilhos.

O trabalho, portanto, buscou investigar se o Museu, no período indicado, assumiu um papel de consagrador da memória de Castilhos e se o fez, de que forma, quais os caminhos que trilhou nesse sentido, principalmente em relação a sua sede e seu acervo.

Levando em conta os 108 anos de existência do Museu Julio de Castilhos, o número de estudos divulgados sobre o mesmo ainda é reduzido. A dissertação de Letícia Borges Nedel é um referencial nesse sentido seguida das pesquisas desenvolvidas por Eloísa Capovilla Ramos, Marlise Giovanaz e Zita Possamai que tratam de períodos outros que os não analisados por Nedel. Todos contribuem de forma valiosa no estudo da história do Museu Julio de Castilhos e foram fundamentais no desenvolvimento desse trabalho que, dentro

de suas limitações, também buscou contribuir no estudo da trajetória, do contexto de criação e dos caminhos e critérios seguidos na formação dos acervos dessa que é a instituição museológica mais antiga do Rio Grande do Sul.

O trabalho, além dessa introdução, apresenta mais três capítulos. O capítulo dois apresenta uma breve história da formação dos museus europeus e brasileiros, onde se insere o Museu Julio de Castilhos. No capítulo posterior abordamos a função evocativa e celebrativa desempenhada pelos museus históricos, na construção da memória nacional e dos heróis a ela associados. No último capítulo analisamos a consagração de Julio de Castilhos através do acervo e da sede do Museu. Nas considerações finais traçamos os principais aspectos levantados ao longo do trabalho.

2 BREVIÁRIO HISTÓRICO DOS MUSEUS

Nesse capítulo é feito um breve histórico do surgimento dos museus e suas funções ao longo do tempo, procurando entender o conceito de museu vigente à época do surgimento do Museu Julio de Castilhos. Para tal, dividimos o texto em duas partes: uma que trata da formação dos museus nacionais na Europa e outra sobre a construção dos museus no Brasil, contexto em que se insere a criação do Museu do Estado no Rio Grande do Sul.

2.1 Das coleções privadas ao museu público: a formação dos museus nacionais na Europa

Partindo dos primórdios, na Antiguidade clássica, aos dias atuais, percebemos profundas transformações no entendimento da função e no próprio conceito de Museu. Na Grécia Antiga, o *Mouseion* (Casa das Musas), era um lugar sagrado, onde as obras de arte expostas visavam agradar aos deuses e não aos seres humanos, era um híbrido de templo e instituição de pesquisa, voltada principalmente para o saber filosófico. Ou seja: “Esses templos não se destinavam a reunir coleções para a fruição dos homens; eram locais reservados à contemplação e aos estudos científicos, literários e artísticos”. (JULIÃO, 2006, p. 20).

Podemos considerar que o embrião da instituição museu que conhecemos hoje esteja nas grandes coleções¹⁶ privadas do Renascimento

¹⁶ O ato de colecionar é bastante antigo. Marlene Suano informa que estudos arqueológicos revelam a existência de magníficas “coleções-tesouros” de objetos em ouro e prata, entre outros metais, que constituíam uma forma de poder e prestígio para os faraós egípcios. Suano também destaca que até o século XV as coleções eram constituídas principalmente de manuscritos, livros, mapas, gemas, porcelanas, instrumentos óticos, astronômicos e musicais, moedas, armas, especiarias e peles. Já nos séculos XV e XVI (Renascimento), o interesse dos colecionadores volta-se para os objetos da civilizações grega e romana na Antiguidade e também ocorre um grande crescimento na criação de obras de arte nos campos da pintura, escultura e arquitetura. Ver SUANO, 1986. Breve destaca, que embora o colecionismo tenha se tornado moda entre “certas camadas da população, como prelados, cortesãos, médicos, juristas, eruditos, artistas, príncipes e monarcas”, na Renascença, a prática da coleção pode ser detectada já na Antiguidade clássica e na Idade Média, onde já era comum a reunião de tesouros nos templos e igrejas. São esses tesouros acumulados, “resultantes de oferendas aos deuses e pilhagens de guerra”, segundo a autora, que prefiguram as futuras coleções da época moderna. Ver BREFE, 1998, p.295. O aumento das coleções durante a Europa Renascentista é resultado do aumento do contato do europeu com outros continentes, quando se multiplicam as viagens a partir de século XV levando os “novos mundos para os gabinetes dos príncipes e sábios” (LOPES, 2009, p.12).

italiano. Nesse momento os objetos reunidos em verdadeiros “gabinetes de curiosidades” não têm mais o objetivo de agradar aos deuses, mas de serem admirados, contemplados pelos homens, claro que não por todos, apenas pelos homens considerados ilustres, capazes de perceber a beleza e o valor desses objetos, geralmente pessoas pertencentes à nobreza e ao clero.

Tem-se notícia de que a primeira coleção privada aberta à visitação foi no ano de 1471, quando membros da Igreja, artistas e a elite do governo foram convidados a visitar o *Antiquarium*, que expunha as coleções papais, organizado pelo Papa Pio VI (SUANO, 1986). Esse caráter seletivo do público visitante é verificado também no primeiro museu público europeu, o Ashmolean Museum de Oxford na Inglaterra, fundado no século XVII, voltado apenas para especialistas e estudantes universitários. O acesso do público às grandes coleções foi franqueado de fato, no final do século XVIII, marcando o surgimento dos grandes museus nacionais na Europa. Isso ocorreu dentro do contexto do desenvolvimento do nacionalismo europeu, onde passa a vigorar a idéia de que as relíquias não eram mais propriedades únicas dos grupos privilegiados, pertencendo também a toda à coletividade como bens públicos que contribuiriam para a educação e formação da consciência nacional do povo. Nedel explica que:

[...] a diferença fundamental dos museus dessa época para os antigos “gabinetes de curiosidade” é que agora as coleções adquirem o sentido de *patrimônio*, propriedade não mais de nobres admiradores em câmaras fechadas, mas pertencentes aos povos e disputadas pelos Estados. (NEDEL, 2005, p. 92)

O primeiro museu público secular e nacional do mundo ocidental foi o Museu Britânico, inaugurado em 1753. Alguns anos depois a França revolucionária cria museus públicos¹⁷ não somente, mas também com os objetos da nobreza que fora destituída do poder. Essas instituições exerceram o papel político de divulgação e consolidação da nova ordem social, expondo objetos que documentavam a arte, a ciência e a historiografia oficial. Assim, o museu como o concebemos hoje, nasce ligado à consolidação dos estados

¹⁷ Em 1792 a Convenção Nacional aprova a criação de quatro museus: Museu do Louvre, Museu dos Monumentos, Museu de História Natural e Museu de Artes e Ofícios. Para informações sobre o acervo de cada um dos museus, ver SUANO, 1986, p. 28,29.

nacionais, fruto das transformações econômicas, sociais e políticas do século XVIII. É, portanto, fruto da modernidade que rompe com a tradição e instaura uma nova ordem, a ordem da razão baseada na idéia de progresso. Usando as palavras de Andreas Huyssen o museu é:

[...] um efeito direto da modernização e não um acontecimento à sua margem ou fora dela. Não é o sentido seguro das tradições que marcam a origem dos museus, mas a sua perda combinada com um desejo profundo pela (re-)construção. Uma sociedade tradicional sem um conceito teleológico secular não precisa de um museu, mas a modernidade é impensável sem um projeto museico. (HUYSSSEN, 1994, p. 36).

Conforme Schwarcz, o início da “era dos museus públicos e nacionais”, no século XVIII, foi caracterizado pelo surgimento de instituições de caráter exclusivamente comemorativo¹⁸, onde os objetos eram expostos à admiração pública, não sendo entendidos ainda os museus como instituições de pesquisa científica. Isso iria acontecer no século posterior com a criação dos museus etnográficos¹⁹: “É só a partir do século XIX que são criados os museus etnográficos, instituições dedicadas à coleção, preservação, exibição, estudo e interpretação de objetos materiais”. (SCHWARCZ, 2005, p. 68). O trabalho científico nos museus de ciências naturais ou etnográficos era, dentro da lógica evolutiva vigente à época, balizado pela coleção, classificação e comparação da fauna, flora e uma gama de objetos “exóticos”, vindos de outros continentes fora da Europa coletados em expedições científicas pelos “filósofos viajantes”²⁰.

Portanto, o século XIX, denominado de “século dos museus” consolidaria os contornos da acepção moderna de museus traçados ao final do século XVIII na conjuntura revolucionária francesa e também consagraria os museus como instituições de pesquisa científica no campo das denominadas ciências naturais. Esses colecionavam, pesquisavam e expunha variados

¹⁸ A autora destaca o Museu do Louvre inaugurado em 1773 e o Museu do Prado, criado em 1783 como exemplo de instituições de caráter celebrativo.

¹⁹ Schwarcz considera que o primeiro museu que podemos entender como um espaço de pesquisa científica, embora ainda não possuindo um caráter estritamente antropológico, tenha sido o British Museum, fundado em 1753. Mas é no século XIX que esse movimento se amplia com a criação de uma série de museus: o Museu Etnográfico de Ciências de São Petersburgo (1836), o National Museum of Ethnology em Leiden (1837), o Peabody Museum of Archeology and Ethnology (1866), além de várias sociedades de arqueologia e etnologia inauguradas nesse mesmo momento. Ver SCHWARCZ, 2005, p. 68.

²⁰ Denominação usada por Schwarcz para designar os cientistas dessa época. (2005, p.69)

acervos - botânico, zoológico, mineralógico, histórico, etnográfico – sendo, portanto, caracterizados pela busca de um saber enciclopédico e universal. Esse modelo de museu vigente na Europa será seguido pelas novas nações americanas na criação de seus museus no século XIX²¹. O Brasil participa desse movimento.

2.2 Os Museus no Brasil: a *Era brasileira dos museus* e a criação do Museu do Estado

No Brasil, a partir da presença da família real portuguesa, é criada a primeira instituição museológica, o Museu Real, com a função de “estimular os estudos de botânica e zoologia no local” (SCHWARCZ, 2005, p. 70).

O Museu Real, atual Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi criado em 1818 com acervos trazidos pela Coroa²² e também com a coleção de história natural proveniente da Casa de História Natural, que ficou popularmente conhecida como “Casa dos Pássaros”. A Casa dos Pássaros era um gabinete de estudos de História Natural criado em 1784 pelo Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos. Durante sua existência colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa. Maria Margaret Lopes menciona que a Casa dos Pássaros “durante quase trinta anos de funcionamento, adequou-se perfeitamente, a sua função de entreposto colonial para envio de produtos à Metrópole”. (LOPES, 2009, p. 38).

Na segunda metade do oitocentos são criados o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), em Belém do Pará e o Museu Paulista (1894), em São Paulo. Essas instituições estão inseridas no que Schwarcz denomina de *Era Brasileira dos Museus*, que abarca o período de 1890 a 1930 (2005, p. 67), caracterizada

²¹ O Século XIX é quando ocorrem as independências das colônias americanas em relação às suas metrópoles ibéricas. A criação de museus nacionais nas ex-colônias, conforme Mario Chagas e Myrian dos Santos, se daria como “tentativas de legitimação desses novos estados nacionais tanto interna quanto externamente”. (CHAGAS e SANTOS, 2007, p. 14)

²² A coleção doada por D. João VI ao Museu era composta de “peças de arte, gravuras, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais.” (SCHWARCZ, 1993, p. 70-71)

pela criação e apogeu dos museus nacionais no Brasil com inspiração nos modelos europeu e americano de “museu enciclopédico” reunindo coleções de ciências naturais, arqueológicas, etnográficas e também históricas e artísticas. O trabalho de investigação científica que esses museus desenvolviam era baseado em parâmetros biológicos e evolucionistas²³, que priorizava a comparação e a classificação. Esse modelo orientava todos os estudos, mesmo da arqueologia e da antropologia, que “se encontravam subordinados ao viés biológico, exemplificado nos estudos de craniometria” (POSSAMAI, 2010, p.10). Abreu esclarece que

O museu do tipo enciclopédico atingiu seu apogeu no período entre o final do século XIX e meados dos anos 20. Essa instituição cumpria papel relevante enquanto local de ensino e de produção científica. O grande paradigma era o evolucionismo, e, sob essa égide, os museus problematizavam a temática da evolução das espécies. Em geral, abrigavam coleções que representavam indistintamente variedades da flora, da fauna e de espécie humana. Segundo Schwarcz, os museus transformaram-se aos poucos em depósitos ordenados de uma cultura *material fetichizada e submetida a uma lógica evolutiva* (...). (ABREU, 1996, p. 163)

Tanto o Museu Nacional, como o Museu Paulista e o Museu Emílio Goeldi, cumpriram importante papel nos estudos e pesquisas em ciências naturais no Brasil. Maria Margaret Lopes argumenta que a ciência no Brasil inicia com os Museus, provando com sua tese de doutoramento, que a idéia corrente de que não houve produção científica no Brasil até o início do século XX, quando surgem os institutos de pesquisas, não é verdadeira. Diz ela que: “No que se refere às Ciências Naturais, os museus brasileiros não só estiveram particularmente atuantes, como de fato institucionalizaram essas ciências e suas especializações no país.” (2009, p. 21). Essas instituições atuavam em rede com outros museus estrangeiros, trocando espécimes e informações, contratavam naturalistas para proceder à coleta de materiais da flora e fauna brasileira, mantinham em suas sedes laboratórios para análise química de seus

²³ Schwarcz afirma que os museus ajudaram a divulgar no Brasil teorias raciais, atreladas ao evolucionismo: “Evolucionistas sociais convictos, os cientistas dos museus não deixaram de aceitar as disposições dos teóricos das raças(...). Como cientista e adepto da teoria da evolução, Lacerda [diretor do Museu Nacional] descobria nos Botocudos o exemplo máximo de inferioridade humana, e apontava no branqueamento a grande perspectiva nacional diante do inevitável fenômeno de depuração das raças” (2005, p. 93-94)

materiais e eram administradas por diretores-cientistas²⁴ que tinham a preocupação em registrar e divulgar os conhecimentos produzidos através da publicação de revistas²⁵.

Atuação similar a essas instituições desempenhou o Museu do Estado criado em 30 de janeiro de 1903 pelo então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, através do Decreto 589. O Museu nasceu ligado à Diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras Públicas do Estado e seu acervo inicial era composto por 360 minérios que haviam sido expostos na primeira Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul realizada em 1901. O Museu do Estado teve como grande preocupação durante a gestão de seu primeiro diretor, o engenheiro Francisco Rodolfo Simch²⁶, a coleta, o estudo e a classificação de coleções de ciências naturais. Contava com laboratório para análise de materiais, mantinha intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais²⁷, participava de exposições representando o Rio Grande do Sul²⁸ e, se não conseguiu publicar uma revista ainda na primeira gestão, não

²⁴ Schwarcz destaca o trabalho dos diretores como central para a atuação dos museus nesse período: “São eles que organizam coleções, classificam o material, contratam pessoal, elaboram as revistas, assim como escrevem a maior parte dos artigos.” (2005, p. 90)

²⁵ Em 1876 é publicado o primeiro número da *Revista Archivos do Museu Nacional*, uma publicação trimestral do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1894 surge o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. O Museu Paulista em 1895, portanto apenas um ano após a sua fundação, lança o primeiro número da *Revista do Museu Paulista*. Todas essas publicações eram centradas nas ciências naturais, com artigos de Botânica, Zoologia, Geologia, Antropologia e Arqueologia. As revistas eram muito utilizadas como forma de comunicação e permuta com os museus estrangeiros. Ver SHWARCZ, 2005.

²⁶ Simch dirigiu o Museu Julio de Castilhos de 1903 a 1925, com um intervalo entre 1919 e 1922, quando assume interinamente o preparador Hugo Debiasi.

²⁷ No Relatório de 1904 é evidenciado o intercâmbio com o Museu Paulista de quem o Museu do Estado recebeu uma coleção de pássaros, retribuindo com a doação de uma coleção de ovos. Nesse mesmo relatório é mencionado o recebimento de grande coleção de minerais e rochas da Escola de Minas. Também o diretor relata que irá enviar ao British Museum coleção de ovos iguais a que enviou ao Museu Paulista, além de uma coleção de peles de pássaros e quadrúpedes.

²⁸ O Museu Julio de Castilhos participou da Exposição de Milão em 1906 com amostras de minerais e madeiras, premiadas com diploma de honra; da Exposição do Rio de Janeiro em 1909, onde conquistou prêmio com a sua coleção de numismática e medalha de ouro com a coleção de mineralogia e geologia; da Exposição Nacional em 1908, quando as duplicatas da coleção de madeiras foram entregues à Comissão de Expansão Econômica do Brasil; da Exposição de Bruxelas em 1910, com amostras de minerais e da exposição de 1917, quando foi confeccionado um mapa com as divisas dos municípios com respectivos dados estatísticos: “área do município, população, número de bovinos, eqüinos, muares, ovinos, caprinos e seus

foi por desinteresse de seu diretor, que inúmeras vezes ressaltou a importância do Museu publicar suas pesquisas em uma revista²⁹.

O Museu do Estado, à época de sua criação, apresentava um caráter enciclopédico com objetivos bastante amplos, como está colocado no seu Regulamento:

Artigo 1º - Compete ao Museu do Estado:

<<1º - Receber, classificar e guardar todos os produtos naturais do Rio Grande do Sul e de outras quaisquer proveniências.

<<2º - Colecionar todos os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico.

<<3º - Reunir todos os elementos que possam ser úteis ao estudo antropológico dos habitantes primitivos não só do Rio Grande do Sul como do Brasil em geral.

<<4º - Reunir e classificar todos os vestígios paleontológicos que se acharem no Estado ou fora dele.

<<5º - Colecionar os produtos de ciências, indústrias e artes modernas.

<<6º - Colecionar documentos históricos de qualquer gênero.

<<7º - Estabelecer coleções filatélicas e numismáticas. (Relatório de 1903, p. 26)

As diferentes coleções deveriam ser organizadas em quatro seções:

Artigo 2º - Os artigos entregues ao Museu serão distribuídos pelas quatro seções seguintes:

1ª Seção de zoologia e botânica.

2ª Seção de mineralogia, geologia e paleontologia.

3ª Seção de antropologia e etnologia

4ª Seção de ciências, artes e documentos históricos. (Relatório de 1903, p. 26)

respectivos valores.” (Relatório de 1917, p. 551). O Museu também foi convidado a participar das comemorações do centenário do Museu Nacional em 1918 (ver Relatório de 1918, p. 388)

²⁹ A primeira vez que o diretor solicita e argumenta da necessidade do Museu ter uma revista é no Relatório de 1904 (p.219): “Observando a grande quantidade de material que temos reunidos no Museu, e tendo em vista que os elementos coligidos fornecem dados importantíssimos para o estudo da história natural, seria bom iniciar-se dentro de pouco tempo a publicação de uma revista para a Repartição (...)”. O diretor segue sugerindo que a publicação seja trimestral, com 48 páginas com desenhos e gravuras. A revista serviria de instrumento de permuta com outras instituições e conforme Simch também ajudaria a dar visibilidade ao Museu do Estado já que “despertava mais atenção sobre nosso Estabelecimento, que, valha a verdade, especialmente dentro do País, ainda passa por uma inutilidade”. Em outros relatórios o diretor continua reiterando seu pedido de impressão de uma revista alegando que sem essa publicação “Ficarão nossos trabalhos todos sepultados no silêncio do laboratório, se não forem publicados” (Relatório 1906, p.178). O Museu só vai ter sua revista posteriormente à saída de Simch da direção, quando a sessão de história do Arquivo Público é transferida para o MJC e é publicada, a partir de 1927, a *Revista do Museu e Archivo Público*.

Podemos constatar uma desproporção entre as seções do Museu do Estado, já que o mesmo se estrutura em três voltadas para as ciências naturais e apenas uma para a história³⁰.

Os Relatórios do Museu enviados à Secretaria de Obras Públicas evidenciam que a direção de Simch devotou especial atenção na formação das coleções de ciências naturais em detrimento da de história, que “mantinha um número de peças pobres e de quase nenhuma expressão” (NUNES, 2005, p. 276). Coletando, comprando ou recebendo doações o diretor aumentava os acervos de zoologia, botânica e mineralogia. Isso “demonstrava sua intenção em tornar o trabalho do museu mais especializado em relação às ciências naturais, relegando a um segundo plano outras funções previstas ao museu na sua criação” (POSSAMAI, 2010, p.12)

A orientação dada por Simch em sua gestão pode ser entendida a partir do movimento internacional de criação de museus científicos ou de História Natural e que inspirou a *Era Brasileira dos Museus*, a qual o Museu do Estado esteve integrado. Além disso, também podemos considerar que o museu foi criado num período em que predominava a filosofia positivista no estado, em que o progresso técnico e científico era valorizado, conforme coloca Nunes:

Deve-se levar sempre em conta, na gestão Rodolfo Simch de 1903 a 1925, que predominava entre nós a filosofia positivista que dava grande ênfase à questão documental e a investigação científica. Nesse contexto, exaltando-se o saber preciso e lógico, é que se estrutura o acervo do Museu Julio de Castilhos. (NUNES, 2005, p.278)

A concepção do progresso técnico impingiu às atividades científicas do Museu um caráter utilitarista onde as descobertas e estudos ali realizados visavam aproveitar os recursos naturais no desenvolvimento econômico³¹ do

³⁰ Cabe ressaltar que a 3ª Seção, de antropologia e etnologia, apresentava um viés biológico, sendo uma *antropologia física* e não como hoje é entendida, dentro da área das ciências humanas, desenvolvendo estudos culturais

³¹ O Museu possuía laboratórios de análises químicas e de resistência de materiais onde se investigou a existência de calcário no Rio Grande do Sul. Também foram desenvolvidos nesses laboratórios estudos sobre o grés a ser utilizado na construção do Palácio do Governo, bem como experiências com sementes de trigo para detectar as moléstias que faziam diminuir sua produção. No jardim do Museu, Simch criou um observatório filantrópico para observar as plantas e monitorar as pragas que as atacavam. O Museu também atuou na verificação da existência de cobre em regiões do Rio Grande do Sul. Essas atividades tinham como objetivo a sua possível utilidade econômica, sendo que através dos estudos desenvolvidos no Museu

Estado. Assim, o Museu deveria priorizar em suas pesquisas a aplicabilidade e não o estudo apenas investigativo. É o que afirma o próprio diretor Simch ao tratar da coleção de Botânica:

as coleções de botânica devem ter em mira o lado utilitário do assunto e não somente o aspecto científico no sentido restrito. Devemos estudar nossa flora em sua composição, sua distribuição geográfica e no proveito que dela podemos tirar, deixando ou relegando para segunda plana [sic] os trabalhos de alta indagação". (Relatório de 1918, p. 387)

Em Relatório de 1910 o diretor solicita a criação de uma verba específica para custear as suas excursões pelo estado para coleta de material. Tal solicitação é justificada a partir da função do Museu, que ele ressalta, dizendo que era preciso:

ter presente o fim para que foi criado o Museu: reunir de forma sistemática e completa as amostras de todos aqueles elementos oriundos do Rio Grande do Sul e susceptíveis de apuração industrial. (Relatório de 1910, p.24)

Dentro dessa orientação utilitária apontada por Rodolfo Simch, não se enquadrava a 4ª Seção do Museu, não sendo por isso priorizada em sua gestão. Ainda no mesmo relatório de 1910, Simch aponta a existência de dois tipos de museus: os de *ciências históricas* e os de *ciências naturais*. Também deixa clara a sua posição favorável à manutenção do Museu Julio de Castilhos como um museu de ciências naturais, por ser sua utilidade de abrangência maior do que a dos museus de ciências históricas:

Os Museus em geral têm dois fins principais: ou ocupam-se do desenvolvimento da civilização com as chamadas *ciências históricas* ou visam o estudo das *ciências naturais*. Ambas as formas ainda desdobram-se em grande número de variantes mais ou menos úteis ou não. A manutenção do primeiro grupo é muitíssimo dispendiosa e de utilidade quase exclusivamente limitada às classes que se ocupam com os estudos, isto é, a utilidade é limitada a uma fração mínima da sociedade; dá-se isto com a numismática, filatélica, escultura, pintura, gravura, bibliografia, etc. sobre a civilização [...]. O outro grupo, o que se refere a ciências naturais, tem diferente escopo: as ciências naturais deixaram de ser privilégio de meia dúzia de escolhidos para serem acessíveis a todos. As condições econômicas de uma região dependem, de modo absoluto, de suas condições naturais; estas por sua vez são determinantes pela constituição do solo, do clima, da fauna e da flora respectiva. Ora, como o Museu tem seções

buscava-se descobrir formas de diminuir o ataque de pragas em vegetais, garantido uma maior produção, bem como a descoberta de riquezas minerais que poderiam ser comercializadas.

destinadas a geologia e mineralogia do lugar e com o objeto destas duas ciência é o solo ficará estudado, assim este. (Relatório de 1910, p. 26 e 27)

Percebe-se que o argumento de Simch na defesa das ciências naturais prioriza o aspecto econômico, pois é essa ciência que se ocupa do estudo das características naturais de uma região. Conhecer o solo, o clima, a vegetação de um determinado local é fundamental para o desenvolvimento de sua economia. Portanto, o estudo das ciências naturais, ao proporcionar o desenvolvimento econômico, mostra-se útil à sociedade como um todo. É importante ressaltar, apesar dessa valorização das ciências naturais, que Simch não deixa de reconhecer a importância de conhecer os “usos e costumes de um povo em certa época e lugares”. Mas deixa claro que o tratamento dado às peças históricas no Museu se resumiam ao acúmulo de peças, que nada contribuíam para o conhecimento histórico ou cultural.

[...] é perfeitamente inútil acumular sapatos, camisas e chapéus cuja autenticidade é duvidosa, na maior parte das vezes deste ou daquele vulto histórico, quando é certo terem, tais objetos, só o valor da estimativa para os descendentes da pessoa a quem são atribuídos: nestas condições me parece que está uma parte da 4ª seção do Museu no que se refere a moedas, selos, sinetes, etc. É meu parecer que para o aumento deste grupo nada mais se deva dispender, ficando limitada a ação da Repartição exatamente ao que prescreve o <<3º do art.7º receber, conservar e estudar tudo *que lhe for confiado*. (Relatório de 1910, p. 26 e 27)

Simch aponta que o Museu não deveria investir recursos na ampliação da coleção histórica (4ª Seção)³², já que essa, diferentemente das coleções de ciências naturais, não estaria contribuindo com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Assim, em sua gestão dedicou-se à ampliação constante das coleções de ciências naturais, bem como ao seu estudo e classificação, ficando a coleção histórica diminuta em comparação com as outras três sessões.

Uma primeira mudança no direcionamento do Museu pode ser identificada em 1925, quando a instituição começa a alterar seu perfil de museu de ciências naturais para uma instituição preocupada com a historiografia do

³² Nedel informa que: “Os processos de compra de acervo histórico eram os mais escassos, já que a maior parte das peças eram doadas pelo próprio governo (...). Na verdade as atribuições de subsídio à pesquisa nessa área [História] pareciam vincular-se, dentro da partilha institucional do governo, mais à seção histórica do Arquivo Público – cujo regulamento desde 1909 já previa a edição de uma revista própria, dedicada à transcrição de documentos – do que ao museu, (...)” (NEDEL, 2005, p. 98).

Rio Grande do Sul, ou seja, adotando um perfil de museu histórico. Isso se verifica, justamente, no momento em que Francisco Rodolfo Simch sai da direção do Museu sendo substituído pelo literato Alcides Maya. Também nesse momento é incorporada ao Museu a seção histórica do Arquivo Público do Estado e ocorre a desvinculação do Museu do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras, passando para a Secretaria do Interior. Nesse mesmo ano o Museu sofre uma redefinição de sua estrutura interna, passando a ter duas seções, uma de História Nacional e outra de História Natural.

A partir de 1925, fim da gestão de Rodolfo Simch, com a volta dos documentos históricos do Arquivo Público e a criação do Instituto Histórico e Geográfico, 1920, o Museu recebe uma ativa e nova energia, pois se torna um centro que agrupa intelectuais da época, muitos deles, devotados aos estudos históricos. Tais fatos não são difíceis de perceber, operam sensíveis mudanças no perfil do acervo. Neste contexto, ressurgue e cresce a quarta seção que, paulatinamente, passa a ter procedências sobre as demais. Enfim, após 1954 com o desmembramento do acervo, o Julio de Castilhos adquire a guarda do material histórico e antropológico com o qual, hoje, trabalha [...] (NUNES, 2005, p. 278, 279)

Conforme indicado no trecho acima transcrito, a transformação do museu Julio de Castilhos de um museu de ciências naturais para um museu histórico³³, iniciada em 1925, será consolidada definitivamente em 1954 com o desmembramento de seu acervo. Nesse período o Museu estava sob a direção do historiador e folclorista Dante de Laytano³⁴. Os acervos de documentos, ciências e arte do Museu deram origem a novas instituições, respectivamente o Arquivo Histórico, o Museu de Ciências Naturais (atual Fundação Zoobotânica) e o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS). No Museu Julio de

³³ Nessa transformação deve ser considerada também a criação do Instituto Histórico e Geográfico em 1920, ao qual o MJC se associou como explica Letícia Nedel: “A substituição dessa referência naturalista em prol de uma perspectiva histórica ocorreu aos poucos. Ela acompanhou a dispersão, pelo país, de uma rede de associações eruditas referenciadas no IHGB, e, em nível local, o estabelecimento de novos espaços de especialização intelectual, (...) Assim, a dimensão dos espaços ocupados pelo que então se entendia a disciplina histórica entre as diversas atribuições atinentes ao museu converge para os embates entre intelectuais na definição dos rumos, critérios e condições de delimitação de um saber especializado, de sua função celebrativa e da nova posição assumida pelo estado na política nacional. Nesse sentido, é significativo que ao se voltar para a história o MJC tenha-se associado, em 1921, ao recém-criado Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) – uma instituição privada que, no entanto, mereceu os préstimos e o reconhecimento do poder público. (NEDEL, 2005, p. 99)

³⁴ Dante de Laytano esteve à frente do Museu Julio de Castilhos entre os anos de 1952 a 1960.

Castilhos permaneceu a coleção histórica. Isso significou o afastamento definitivo de sua proposta inicial de museu enciclopédico, voltado de forma especial às coleções de ciências naturais, conformando a tipologia que apresenta até os dias atuais, que é de museu histórico.

Maria Margaret Lopes (2009) explica que nas primeiras décadas do século XX ocorreu, em nível mundial, um processo de especialização das Ciências Naturais com o surgimento dos institutos de pesquisas e novas práticas de investigações³⁵. Nesse processo os museus perderam prestígio científico “cedendo seu lugar, até sua imagem de templos da ciência” (op.cit., p.292) a essas novas instituições. Isso constituiu, segundo a autora, o fim do movimento de museus em todo o mundo, “marcado pela consolidação dos institutos de pesquisa, dos laboratórios como os *loci* institucionais prioritários para o desenvolvimento das ciências do século XX, (...)” (op.cit., 2009, p.292).

Na esteira desse processo que levou ao fim da *era dos museus* - marcada por uma perspectiva enciclopédica, evolutiva, comparativa e classificatória -, deve-se considerar também as novas perspectivas teóricas dos anos 1930. Nesse momento o evolucionismo passa a ser criticado.

A chegada dos anos 30 marcará o fim da “era dos museus etnográficos” como fenômeno mundial. Atrelados à crítica radical que incide sobre o paradigma evolucionista nesse momento, tais museus levarão tempo para se reestruturar em outras bases teóricas. (SCHWARCZ, 2005, p. 96)

Os fatores apontados por Lopes e Schwarcz levaram a uma redefinição dos projetos iniciais dos museus e ao conseqüente desmembramento de suas coleções. Nesse sentido, o Museu Paulista transferiu suas coleções de biologia e zoologia para outras instituições³⁶, transformando-se no final da década de 1930 em um museu histórico. O Museu Paraense Emílio Goeldi foi incorporado

³⁵ Nesse processo, destaca-se a microbiologia como a especialidade científica de ponta do início do século XX. Os estudos no campo da Botânica, Biologia, Geologia e Mineralogia saem dos museus e passam a ser feitos em espaços institucionais próprios. Os museus passam a ser locais onde “não mais se pesquisa” (LOPES, 2009, p. 335).

³⁶ SCHWARCZ informa que em 1927 a seção de biologia do Museu Paulista foi transferida para o recém-criado Instituto Biológico, que posteriormente, em 1935 foi integrado à Universidade de São Paulo como “instituição complementar”. Já a seção de zoologia do Museu foi transformada em 1939, no Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura do Estado, “passando mais recentemente a se chamar Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo”. (2005, p. 96)

ao Instituto de Pesquisas da Amazônia. Já o Museu Nacional do Rio de Janeiro permanece “como um museu geral até hoje, tendo impulsionado na década de 1920 a criação do Museu Histórico Nacional” (LOPES, 2009,p. 304). Nesse mesmo período, a partir de 1925, como vimos anteriormente, o Museu Julio de Castilhos passa a sofrer alterações que o irão transformar em um museu histórico.

Encerrando esse item, podemos afirmar que da mesma forma que associamos a criação e o perfil do Museu Julio de Castilhos durante sua primeira gestão à *Era Brasileira de Museus*, podemos também associar a sua transformação no contexto de declínio dessa *Era*. Ampliando o olhar, percebemos que no mesmo período, outros museus que até as décadas iniciais do século XX tinham priorizado as coleções de ciências naturais, também passaram por alterações em seus perfis.³⁷

Mesmo não sendo o objetivo desse trabalho avançar na análise de período posterior ao da primeira gestão, considere importante ressaltar esse aspecto da sua mudança de perfil após a saída do primeiro diretor, para demonstrar como o Museu Julio de Castilhos acompanhava, de certa forma, um movimento maior do qual participavam os museus nacionais.

³⁷ Especialmente chama a nossa atenção o caso do Museu Paulista, que assim como o Museu Julio de Castilhos era voltado para as ciências naturais e alterou seu perfil para um museu histórico que narra o passado nacional atrelado à memória paulista. O Museu Paulista iniciou sua transformação a partir de 1917 com a direção de Affonso d’Escragnolle Taunay. Sobre esse processo ver BREFE, 2005.

3 MUSEUS HISTÓRICOS: *FABRICANDO IMORTAIS*

Jacques Le Goff (2003) afirma que no século XIX, principalmente após a Revolução Francesa, ocorreu uma “explosão do espírito comemorativo”³⁸ caracterizada pelos monumentos³⁹ e uma série de manifestações em torno da afirmação de uma memória e identidade nacional que legitimassem a burguesia como novo grupo dirigente. Isso pode ser entendido tendo em vista que:

Toda sociedade, para afirmar e reforçar sua identidade, procura construir uma memória, de preferência unificada, homogeneizada. A memória, assim, aparece como operação ideológica, formadora de imagem, representação de si própria que reorganiza simbolicamente o universo das coisas e das relações e produz legitimações. (MENESES, 1992, p. 7)

Nesse sentido, os museus históricos cumpriram papel relevante na formação da memória nacional das nações modernas, sendo o local de guarda e preservação dos objetos que representariam a identidade nacional⁴⁰. Os

³⁸ Chagas informa que “A Revolução Francesa institui marcos de memória (datas, heróis e monumentos) articulados com um novo conceito de nação. A comemoração desses novos marcos está inserida no projeto revolucionário. (...) Concebidos inicialmente como “lugares” do projeto revolucionário os museus, arquivos, bibliotecas e escolas tornados instituições públicas se multiplicam e chegam à atualidade como patrimônio coletivo e memória instituída. Em 1790, foram criados na França, os Arquivos Nacionais e em 1794 eles foram abertos ao público. No caso dos museus, a situação não é diferente. A vontade da burguesia afirmar-se como classe dirigente passa pela criação de um projeto museológico, claramente delineado” (CHAGAS, 2002, p. 38-39). O autor segue informando sobre os quatro museus criados na França após a aprovação na Convenção Nacional em 1792: o Museu do Louvre (1793) que realiza o *elogio na nação*; o Museu dos Monumentos (1795) com o objetivo de *reconstruir o passado grandioso da nação, celebrar e comemorar o grande feito*; o Museu de História Natural (1793) e o Museu de Artes e Ofícios (1802). O autor sintetiza dizendo que “No século XVIII e durante um largo período do XIX os museus, as artes e os monumentos desempenharam um tríplice papel: educar o indivíduo, estimular o seu senso estético e afirmar o nacional” (CHAGAS, 2002, p.42)

³⁹ Le Goff define monumento como uma herança do passado e um material de memória. O monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. (GOFF, 2003)

⁴⁰ Conforme Ana Brete os museus nacionais no século XIX, possuíam duas funções essenciais: “transmitir e permitir a produção do conhecimento e desempenhar o papel de guardião da memória” (1998, p. 299). Ressaltamos que até a primeira metade do século XX, prevaleceu essa visão na qual os museus são tidos como locais de guarda e exposição de objetos, ou seja, com ações centradas no objeto em si, e não na relação deste com os grupos sociais a que pertencem. Somente na segunda metade do século passado, com o movimento da *Nova Museologia*, haverá uma preocupação dos museus para além da guarda e exposição de objetos, mas também com os grupos sociais onde essas instituições se encontram inseridas. Os museus nessa nova abordagem devem estar “[...] a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento [...]” (ICOM, 2008). Os museus passam a considerar em suas ações, as mais diversas formas de manifestações culturais, materiais e imateriais, dos grupos sociais e de suas relações com o meio natural. Nessa lógica, podemos pensar que não cabe mais aos museus de história narrar uma única história nacional, mas diversas histórias que compõem o todo da nação. Ou seja, ao invés da preocupação em criar “a” identidade nacional, única e

museus reunindo as provas documentais de uma História Nacional que se pretendia única criaram um discurso homogeneizador onde a memória de um grupo foi representada como sendo a de todos.

O critério na determinação dos objetos históricos expostos nos museus nacionais na Europa no século XIX era baseado numa concepção de história que privilegiava os eventos e figuras de exceção.

A concepção dos museus históricos como lugar de homenagem e reverência também vigorou nos museus históricos brasileiros⁴¹, que cumpriram o papel de celebrar o passado heróico da nação expondo objetos de indivíduos ligados a esse passado.

o que se costuma ver como o critério maior para a identificação a priori de um objeto histórico é sua vinculação biográfica ou temática a um feito ou figura excepcionais do passado, normalmente heróis vencedores ou, quando vencidos, considerados moralmente superiores (como na Revolução de 32). (MENESES, 1992, p.4)

Nesse sentido, nas salas de exposição dos museus históricos brasileiros foram imortalizados personagens selecionados em um contexto, por um determinado grupo – a elite política – que encarnavam os valores nacionais. Os museus de história ao exporem imagens e objetos desses personagens, transformam-se em *locus* de construção e consagração de mitos e heróis e dos valores a esses associados. Isso é bem evidenciado no estudo que Regina Abreu fez sobre a coleção do ex-senador da primeira República, Miguel

soberana, os museus de história devem representar *as identidades*, diversas e complexas, dos diferentes grupos da sociedade. Somente assim, completa-se o significado dos museus enquanto instituições a serviço do desenvolvimento social, que pressupõe, portanto, mais do que abrir as portas para a visita pública.

⁴¹ Os museus históricos surgem no Brasil a partir da segunda década do século XX resultantes do processo de transformação dos museus de História Natural de caráter universal, para instituições especializadas. Diferente, portanto, do que aconteceu na Europa onde os museus históricos nacionais surgem no século XVIII e se expandem no século XIX, quando surgem também os museus etnográficos ligados às universidades. Margaret Lopes esclarece: “No caso brasileiro, foram os museus de História Natural do século XIX que deram origem aos que seriam os encarregados de musealizar e institucionalizar a História oficial do país nas primeiras décadas do século XX, como o foram o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro ou o Museu Paulista em São Paulo” (LOPES, 2009, p. 328). Ou como sintetiza Ulpiano Bezerra de Meneses: “é no interior dos museus de História Natural que se instalará a História” (MENESES, 2001, p.31 apud RAMOS, 2005, p. 267)

Calmon Du Pin e Almeida⁴², exposta em uma sala com seu nome no Museu Histórico Nacional⁴³ no Rio de Janeiro (ABREU, 1996). Interessante a colocação de Monique Martin na apresentação do livro de Abreu, onde destaca que o Museu Histórico Nacional, na primeira metade deste século:

[...] foi o canal de construção de uma versão específica da História do Brasil. Buscando afirmar seus próprios interesses e sua visão de mundo, o escritor Gustavo Barroso, então diretor do Museu Histórico Nacional, teve papel decisivo na difusão de um modelo de História que buscou produzir a crença nos méritos e na grandeza de homens como Miguel Calmon. Era a chamada história dos grandes personagens, na qual se celebravam homens que, em nome da construção de um “Brasil Moderno”, se ancoravam em antigas tradições européias, excluindo tantas outras.” (MARTIN, 1996, p. 19-20)

O Museu Histórico Nacional, portanto, configurou-se, sob a direção de seu primeiro diretor, em um espaço de celebração, de culto às *peessoas-símbolos* da nacionalidade (ABREU, 1996). Verdadeiro panteão de heróis as exposições eram organizadas, até a década de 1970, em salas dedicadas aos grandes personagens da nação.

Perseguindo as origens da nação, o diretor do Museu Histórico Nacional sedimentou na instituição uma História nacionalista com base no resgate de um passado heróico. No projeto de conservação de objetos emblemáticos dessa História, procurou recolher os símbolos das elites aristocráticas identificadas com a fundação da nação brasileira. Assim, no Museu Histórico Nacional, ao contrário de serem enfatizadas as novidades advindas com a implantação do regime republicano, foram enfocados os vínculos, as continuidades com o Estado Imperial português. Numa perspectiva de culto, um período histórico sobressaiu-se dos demais: o Império. Personagens de uma tradição forjada no Império mereceram salas especiais, como D. Pedro, D. Pedro II, Caxias, Osório, Tamandaré. (ABREU, 1996, 200)

⁴² A Coleção Miguel Calmon foi doada ao Museu Histórico Nacional em 1936 pela viúva do ex-senador e foi incorporada ao “acervo de relíquias” da instituição. Esteve exposta até a década de 1970 quando o Museu, sob a direção do Comandante Léo Fonseca da Silva (1967-1970), inicia uma transformação, com o desmonte das salas dedicadas aos grandes personagens. Ver ABREU, 1996.

⁴³ Criado em 02 de agosto de 1922 pelo Decreto Presidencial nº 15.596, ao final da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. Abreu destaca que “Do ponto de vista de uma História ou de uma Antropologia dos museus brasileiros, a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, constituiu-se num divisor de águas entre os museus enciclopédicos, que deveriam dar mostras de todo conhecimento humano – como assinalou Von Hering, diretor do Museu Paulista, em 1885 -, e um conjunto de museus da História e da Arte nacionais” (1996, p. 163).

Mario Chagas ao discutir a relação entre memória e poder, classifica os museus como o Histórico Nacional de Gustavo Barroso, como espaços celebrativos *da memória do poder*. Essas instituições, dedicadas ao *culto da saudade*⁴⁴, celebram o passado a partir de acervos considerados valiosos por terem pertencido a personagens elevados à condição de heróis da nação:

A tendência para a celebração da memória do poder é responsável pela constituição de acervos e coleções personalistas e etnocêntricas, tratadas como se fossem a expressão da totalidade das coisas e dos seres ou a reprodução museológica do universal, dos quais o conflito é banido por pensamento mágico e procedimentos técnicos de purificação e excludência. (CHAGAS, 2002, p.53)

Além de Calmon, outros *imortais* foram fabricados com honras e glórias em museus celebrativos *da memória do poder*. Não cabe nesse trabalho discutir todos museus históricos brasileiros e os personagens heroificados da nossa história. Iremos somente, a título de exemplo, rapidamente apontar dois políticos gaúchos – Julio de Castilhos e Getúlio Vargas - imortalizados em exposição onde figuram objetos pessoais e móveis de seus dormitórios. O primeiro no Museu Julio de Castilho, palacete onde o político viveu e morreu e o segundo no Museu da República no Rio de Janeiro, antiga sede do poder nacional, no quarto onde o ex-presidente se suicidou em 1954. A expografia desses ambientes é centrada nos objetos emblemáticos que evocam os líderes políticos mortos:

O universo da Museologia é pleno de museus dedicados à instauração e à reificação mítica de personagens políticos – e em todos os casos, este movimento se apóia na presença de objetos icônicos, apresentados como catalisadores da força mítica dos personagens. Todos conhecemos a relação entre o Museu da República e a figura mítica de Getúlio Vargas, para sempre reificada no espaço icônico de seu quarto e nos objetos pessoais que restaram de sua passagem para a morte – quando ‘deixou a vida para entrar na História’ (SCHEINER, 2008, p. 63).

⁴⁴ Expressão cunhada por Gustavo Barroso, ideólogo integralista e criador do Museu Histórico Nacional, para se referir a uma das funções que deveria desempenhar um museu histórico. Ver CHAGAS, 2002.

Os *objetos icônicos* trazidos por Scheiner são aqueles evocativos da memória, muitas vezes tidos como sagrados, como relíquias⁴⁵, onde seu culto faz parte da consagração daquele a quem evoca. Ulpiano Bezerra de Meneses chama esses objetos de *objeto fetiche*, que são considerados como portadores de sentidos próprios, imanentes e não atribuídos:

A tendência mais comum no museu histórico, previsível pela caracterização corrente que dele se fez, é a fetichização do objeto na exposição. Inserida numa dimensão de fenômenos históricos ou sociais, a fetichização tem que ser entendida como deslocamento de atributos do nível das relações entre os homens, apresentando-os como derivados dos objetos, autonomamente, portanto “naturalmente”. Ora, os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc. etc. etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas. (MENESES, 2005, p. 34)

Os museus históricos, portanto, colocam-se muitas vezes, como instituições onde o passado é evocado e celebrado através de objetos emblemáticos, fetichizados. A partir da evocação, dá-se a celebração, a mitificação, nos revelando a capacidade dos museus de fabricar e/ou sustentar mitos, no caso de Getúlio Vargas e Julio de Castilhos, mitos políticos. No museu “estão presentes o herói e o santo – herói mítico, que ensina pela exemplaridade, as personalidades criadoras (...) encontram, no museu, um espaço de legitimação” (SCHEINER, 2008, p. 62).

Os mitos políticos possuem uma dimensão mobilizadora (FÉLIX, 1998) onde a partir de seu carisma ou sacralização constroem uma unidade/identidade preservando a ordem sócio-institucional vinculada simbolicamente a ele.

Julio de Castilhos, após sua morte, foi transformado em referência de identidade: herói republicano, maior político rio-grandense representado como o grande patriarca. Passa a ser “o herói, o mentor, tutor, guia e protetor” (FÉLIX, 1998, p. 146) a qual seus correligionários deveriam continuar fiéis, dando seguimento ao seu projeto político no Rio Grande do Sul.

⁴⁵ Nesse sentido lembro o pijama que Getúlio Vargas usava no dia em que se suicidou e que hoje está exposto dentro de uma vitrine com o furo da bala, como uma verdadeira relíquia. O pijama evoca a morte do herói.

Castilhos teve seu carisma “fabricado” pela necessidade histórica de uma minoria apresentar-se como maioria, de legitimar e justificar uma identidade e, com isto, oferece um componente histórico significativo para o entendimento das reações sócio-históricas em largo período do processo republicano rio-grandense marcando a associação da figura heroicizada e mitificada de Julio de Castilhos à memória republicana gaúcha. (FÉLIX, 1998, p. 159)

No capítulo seguinte nos deteremos a analisar como o Museu Julio de Castilhos participou da “fabricação desse carisma” nos primeiros anos após a sua morte.

4 MUSEU JULIO DE CASTILHOS: TRAJETÓRIA IMPOSTA PELA MORTE

No capítulo dois indicamos que durante a atuação do primeiro diretor do Museu do Estado, foram priorizadas as seções relacionadas às ciências naturais, ficando o aspecto histórico em segundo plano, em consonância com os demais Museus criados no Brasil. Porém, embora os museus brasileiros tenham até as primeiras décadas do século XX configurado-se como Museus de História Natural, não podemos esquecer que nasceram com um caráter enciclopédico, onde coleções de arte e documentos históricos também estavam sob sua guarda. No caso do Museu Julio de Castilhos vimos esse aspecto evidenciando na sua 4ª seção, *de ciências, artes e documentos históricos*. Ou seja, o que estou querendo ressaltar é que mesmo que a 4ª seção do Museu Julio fosse diminuta⁴⁶ em relação às demais, ela se fazia presente, atribuindo, de certa forma, ao Museu um “duplo referencial de evocação do passado e das glórias republicanas, mas também de descoberta e aplicação dos métodos “científicos” que consubstanciariam o “progresso intelectual e tecnológico do estado” (NEDEL, 1999, p. 68).

O Museu do Estado e também o Arquivo Público⁴⁷ representam as primeiras estruturas responsáveis pela afirmação da memória Rio-

⁴⁶ “Os processos de compra de acervo histórico eram os mais escassos, já que a maior parte das peças eram doadas pelo próprio governo. Assim, a quarta seção – composta de máscaras mortuárias, sinetes, homenagens, coroas de flores em bronze, panfletos, bustos e retratos de republicanos – destinava-se basicamente ao armazenamento de presentes celebrativos recebidos ou produzidos pelo executivo estadual, sem que houvesse qualquer tratamento cronológico ou temático desses objetos em exposições.” (NEDEL, 2005, p. 98). A respeito da consideração feita por Leticia Nedel sobre a não organização dos objetos expostos, deve-se considerar que isso era uma prática dos museus em geral, não só do MJC. Lopes explica dizendo que: “E se hoje as exposições constituem o aspecto mais evidente dos museus, no início do século passado elas se confundiam com o todo da instituição. Isso porque noções de separação entre coleções de exposição e de estudo, reservas técnicas só muito mais tarde seriam incorporadas pelos museus. O acervo, embora pudesse ser considerado volumoso para a época, ficava todo exposto.” (LOPES, 2009, p. 54). Tratando dos museus históricos Myrian dos Santos, diz que nos *museus-memória*, os objetos são expostos pelo seu caráter exótico ou por ter pertencido a um vulto considerado importante, sem seguir uma lógica expositiva que os organize: “[...] o tempo linear e contínuo não aparece como objeto da história, e o critério de escolha recai sobre tudo aquilo que é extraordinário e digno de ser rememorado sob aquele teto (...)” (SANTOS, 2006, p. 45).

⁴⁷ O Arquivo Público foi criado através do Decreto Estadual nº 876 de 08 de março de 1906. Sob seus cuidados deveriam ficar os originais ou cópias autenticadas dos documentos do arquivo político de Julio de Castilhos. Ver o capítulo II, artigo 3º, inciso XXVII do Decreto 876.

Grandense⁴⁸. São criadas num “momento de consolidação, em que o Castilhismo crescia e se impunha no Estado, num contexto de modernização, reformas urbanas e de grande estímulo à Educação” (NUNES, 2005, p. 276).

O Museu, conforme a lenda oficial (NEDEL, 2005), surgiu por sugestão do próprio Julio de Castilhos, que ao visitar a Exposição Agropecuária de 1901 ocorrida no Campo da Redenção, teria tido a idéia de criar um museu para reunir os 360 exemplares de minérios do estado lá expostos. O museu, portanto, exporia “a pujança natural do Estado” (GIOVANAZ, 2003, p. 5). Poucos meses após a criação do Museu do Estado, ocorreu a morte de Castilhos, seu idealizador, levando a instituição a agregar “o papel de mantenedora de sua presença no Estado, afora as atribuições que se tornaram predominantes em seus primeiros vinte anos de vida” (NUNES, 2005, p. 276).

Já mencionamos nesse trabalho que, após a morte de Castilhos, uma série de iniciativas por parte do governo do estado foram tomadas no sentido de preservar e glorificar a sua memória – como a construção dos monumentos cívico e fúnebre em torno do qual se realizaram inúmeras homenagens ao morto ilustre-. O Museu do Estado também foi envolvido (pelo governo) e envolveu-se nesse processo de manter viva a memória do líder político e de construção da imagem mítica do Patriarca gaúcho.

Portanto, podemos considerar que a morte prematura de Julio de Castilhos impôs ao Museu do Estado uma função que antes ele não tinha: a de evocar a sua memória. Nesse sentido, importantes alterações durante a direção do engenheiro Rodolfo Francisco Simch ocorreram no Museu, sendo elas: o acréscimo à 4ª seção de uma coleção que deveria ser formada por objetos que pertenceram ao morto ilustre; a transferência da sede do Museu para a ex-casa de Castilhos e a alteração do nome da instituição que passa a chamar-se Museu Julio de Castilhos.

⁴⁸ Antes do período republicano já havia a intenção de criar um museu na província do Rio Grande do Sul. “Segundo Marlene Madaglia Almeida (1983), a primeira notícia que se tem da existência de um museu no Rio Grande do Sul refere-se ao ano de 1862, e está associada ao efêmero Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGSP), fundado em 1860 e extinto em 1863. Além do projeto de um museu contíguo ao IHGSP, sabe-se do Decreto 1549, que em 17 de dezembro de 1885 previu a criação de um museu provincial, mas que, ao que tudo indica, não chegou a existir de fato” (NEDEL, 2005, p. 95).

Nessa parte do trabalho buscamos verificar como essas alterações se processaram.

4.1 A coleção Julio de Castilhos: *guardando relíquias*

Dois dias após a morte de Julio de Castilhos o diretor do Museu do Estado enviou ofício ao Secretário dos Negócios de Obras Públicas comunicando que, por sua iniciativa, resolvera criar uma coleção especial junto à 4ª Seção, para reunir os objetos que pertenceram ao Patriarca. Também nesse ofício, o diretor solicitava autorização para mandar confeccionar um mostruário para receber a referida coleção.

A criação dessa coleção especial revela a intenção do diretor do Museu em prestar uma homenagem a Castilhos glorificando sua memória. Os objetos do *Grande Vulto* são considerados *reliíquias* que o Museu deve guardar e preservar, conforme está registrado no ofício enviado a SOP em 26 de outubro de 1903.

Ilmo Sr. Secretario dos Negócios de Obras Públicas.

Tendo pessoalmente tido ensejo de apresentar-vos pêsames pela perda irreparável que todos sofremos com o prematuro passamento do benemérito chefe Dr. Julio de Castilhos, de saudosissima memória, venho hoje as reitar em nome do pessoal do Museu do Estado que acha-se vinculado àquele Grande Vulto pelos imperecíveis laços de Gratidão.

Sendo também indiscutível verdade que os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos, lembrei-me, fazendo uso do 6º do Art. 1º do Regulamento deste Museu, de organizar uma coleção especial em que sejam conservados todos aqueles objetos que se refiram ao Inesquecível Morto e que se possam obter para guardá-las como relíquia que são, na extensão lata da palavra.

Rogo-vos autorizeis a mandar confeccionar um mostruário adequado ao fim citado para que desde já possa começar a fazer o referido colecionamento.

Tratando-se de uma homenagem a quem merece, mais do que ninguém, espero ser atendido por vós.

(Correspondências Expedidas MJC 1903, fl.47)

A presença de objetos que pertenceram a Julio de Castilhos no Museu, portanto, vivificaria a sua memória, não deixaria que caísse no esquecimento, pois:

Um dos sentidos simbólicos que pode ser atribuído ao objeto, como propõe Gourarier (op.cit., 69) é “aquele de evocar uma pessoa

morta”, demonstrando que a inserção desse objeto no museu pode expressar o desejo de continuidade, duração e prolongamento de si, através das características de inviolabilidade e veneração relativas ao sagrado. (POSSAMAI, 2001, p. 100)

Antes mesmo de obter resposta da SOP, no mesmo dia 26 de outubro, Simch envia correspondência ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, comunicando a criação da coleção Julio de Castilhos no Museu. Nessa correspondência refere-se a Castilhos como o *Eminente Preclaro e Virtuossíssimo Chefe* aquele de *saudosíssima e imorrível memória* apontando Castilhos como o grande líder que guiou e salvou o Estado: “Não houvera o inesquecível Extinto armado os republicanos com a couraça de seu exemplo e estaríamos sepultados na mais cruel das anarquias”⁴⁹. Assim, se Julio de Castilhos em vida já era tido como o grande líder dos republicanos no Rio Grande do Sul, após sua morte essa imagem será reforçada e o Museu do Estado participa desse processo.

Logo após o Museu receber a autorização da SOP para organizar a coleção Julio de Castilhos⁵⁰, a instituição inicia o processo de formação do acervo. Isso é feito através de correspondências encaminhadas às intendências municipais e a algumas pessoas na capital solicitando doações de imagens – fotografias e busto - referentes ao morto ilustre.

A primeira solicitação registrada é feita em 07 de novembro de 1903 a Virgílio Calegari, fotógrafo reconhecido na época com estúdio no centro de Porto Alegre⁵¹. Simch solicita que Calegari ceda gratuitamente ao Museu uma imagem do cortejo fúnebre de Castilhos e que teria sido exposta na vitrine de seu estúdio:

Expusestes em vossa vitrine uma vista do cortejo fúnebre daquele glorioso Cidadão e peço-vos vos digneis ceder – gratuitamente ao Museu - tão significativo trabalho que muito vos honra e que ficara destinado a perpetuar a memória do potente organizador do Rio Grande do Sul e o quanto ele era querido e estimado.(Correspondências Expedidas MJC 1903, fl.54)

⁴⁹ MUSEU JULIO DE CASTILHOS. Correspondências Expedidas, 1903/1909, AP a.001. Fl. 48.

⁵⁰ Autorização expressa no Ofício nº 1743 de 03 de novembro de 1903. Ver MUSEU JULIO DE CASTILHOS. Correspondências Recebidas, 1903-1910 – AP.2.001, Fl.15.

⁵¹ O ateliê de Calegari ficava localizado na Rua dos Andradas, 171, freqüentado por Julio de Castilhos, Borges de Medeiros e outros integrantes do PRR. Ver BRITO... [et al.], 2011.

Chama a atenção a imagem solicitada por Simch, a do cortejo fúnebre. A fotografia por certo deveria mostrar o grande número de pessoas que estiveram presente no cortejo e a comoção que a morte de Julio de Castilhos causou. Nesse sentido ajudaria a reforçar a imagem de Castilhos como um líder estimado pela população. A fotografia do ato fúnebre, portanto, era a forma de revelar o prestígio de Castilhos:

Numa coleção biográfica as fotografias formam um conjunto altamente revelador. Elas contam histórias, revelam o ambiente, falam sobre a atmosfera que cercava o personagem principal de nossa trama. (...) Tal como os objetos tridimensionais, elas, também, são semióforos, pontes entre um mundo visível e um outro, invisível, sobre o qual repousam os significados.(ABREU, 1996, p. 101)

Imagens fotográficas também são solicitadas às intendenções municipais, conforme atesta correspondência de 25 de abril de 1905:

Tendo em vista que o Museu do Estado brevemente vai passar a funcionar no palacete do genial estadista Dr. Julio de Castilhos, tão prematuramente arrebatado pela morte e tendo ali celebradas exéquias por este lutuoso acontecimento, rogo-vos digneis enviar-me si as houver, fotografias do catafalco que se armou.

A transferência do Museu para o palacete de Julio de Castilhos justifica o pedido junto aos intendentes, pois foi nesse local que se deu a morte e o velório do líder, portanto esse é o local de guarda e culto de sua imagem. A memória de Julio de Castilhos está indissociavelmente vinculada à casa em que viveu e morreu e que irá se transformar em museu, essa “agência cristalizadora de representações materiais das memórias individuais. As homenagens póstumas [no caso feita através das imagens fotográficas] adquirem um sentido peculiar no interior dessa casa de memória” (ABREU, 1996, p.68).

Simch também procura imortalizar a presença de Castilhos no Museu através de um busto. Para tal, envia correspondência⁵² ao escultor João

⁵² Correspondência com data de 13 de novembro de 1903. MUSEU JULIO DE CASTILHOS. Correspondências Expedidas, 1903-1919. AP.1.001, Fl.55.

Vicente Friederich⁵³, solicitando que ele ceda gratuitamente ao Museu um busto do *Imortal Estadista*.

A preocupação do diretor em trazer para o Museu imagens de Castilhos é procedente, pois “um museu histórico, para exercer sua função celebrativa, precisa antes de mais nada de figuras, de imagens” (MENESES, 1992, p.5).

Após o pedido feito às Intendências em 1905 a documentação não apontou mais nenhuma solicitação do Museu para a coleção de Julio de Castilhos. Os relatórios até 1925 também não registram a doação das imagens solicitadas⁵⁴. Também não consta nas correspondências recebidas pelo MJC nenhuma manifestação dos destinatários sobre o pedido feito. Os objetos e documentos relativos a Castilhos que aparecem na listagem de acervo tombado do MJC até 1925 são apenas quatro: Manifesto a Julio de Castilhos de 1891, doado em 1925; Carta de Julio de Castilhos para Oscar Rheingantz, doada em 1903; Bengala de Julio de Castilhos, com dois registros de doação, em 1924 e 1925 e “Julio de Castilhos” tela a óleo de Bertollotti, doada em 1906⁵⁵.

4.2 A casa de Júlio de Castilhos: *palacete da memória*

O Museu do Estado à época de sua fundação em 1903 funcionava em dois pavilhões de madeira construídos para a Exposição de 1901, no antigo Campo da Redenção, ao lado da Escola de Engenharia. Essa situação era provisória porque havia o projeto de se construir um prédio definitivo para o Museu, que conforme o relatório de 1903 estava “adiantado”⁵⁶ prevendo para breve o início da sua construção. Entretanto esse projeto foi abandonado com

⁵³ Dono de famoso atelier de escultura em Porto Alegre. Muitas de suas obras ornaram fachadas de alguns prédios de valor histórico na cidade, como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, o Memorial do RS, a antiga Cervejaria Brahma e a Igreja das Dores.

⁵⁴ Aqui caberia posterior pesquisa em relatórios após 1925 e também nas correspondências do Museu e nos seus registros de acervo para verificar se essas imagens chegaram a ser doadas ao Museu ou se houve alguma manifestação de Calegari, Friederich e dos intendentes.

⁵⁵ Esse objeto está na lista de acervo tombado e não mais existente, a listagem registra que foi incinerado.

⁵⁶ AHRGS. Relatório a SOP de 1903, pg. 11.

a aquisição do palacete em que Julio de Castilhos havia residido e para onde o governo do Estado determinou que o Museu se transferisse.

O governo compra a casa dos herdeiros⁵⁷ de Julio de Castilhos em 11 de agosto de 1905 pelo valor de 80:000\$000 (oitenta contos de réis)⁵⁸. Poucos dias após a compra já ordena a transferência do Museu do Estado para a sua nova e definitiva sede⁵⁹. Isso demonstra que a compra do imóvel foi feita com a intenção de que a casa se transformasse na sede do Museu e não de qualquer outra repartição pública do Estado. Essa intenção também pode ser confirmada quando o Secretário de Estado, João José Pereira Parobé, à frente da SOP, apresentando relatório ao executivo estadual das atividades de 1904 diz que “A idéia do estado de adquirir o prédio pertencente aos herdeiros do Dr. Julio de Castilhos para nele instalar o Museu, me parece acertada e resolvereis o assunto prontamente”⁶⁰. O assunto a resolver, no caso, era a inadequação dos pavilhões onde o Museu se encontrava e que Rodolfo Simch já apontara em relatório de 1904 e 1905.⁶¹

A casa que passou a abrigar o Museu fica localizada na Rua Duque de Caxias, número 1231, antiga Rua da Igreja. Foi construída em 1887 com projeto do comandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul, Coronel Engenheiro Catão Augusto dos Santos Roxo, que adquiriu o terreno do Marechal João Vicente Leite de Castro. O terreno, com 17,65 metros de frente, tinha a extensão de 148,60 metros e fazia fundos com a Rua do Arvoredo,

⁵⁷ Julio de Castilhos casou-se com Honorina Costa em 1883. O casal teve seis filhos: Júlia, Eugênia, Otília, Honório, Ambrosina e Edmundo. Honorina cometeu suicídio em 25 de janeiro de 1905 no porão da mesma casa onde dois anos antes morrera seu marido.

⁵⁸ Conforme a Escritura de Compra do Imóvel registrada em 11 de agosto de 1905 no 4º Cartório de Notas de Porto Alegre do Notário Octaviano Gonçalves. Essa escritura está transcrita no Registro de Imóveis da 1ª Zona no Livro 3-C, folhas 326 nº 15.927. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) possui a cópia desses documentos.

⁵⁹ O Museu do Estado concluiu a mudança para a casa que havia sido de Castilhos no dia 19 de agosto de 1905. A ordem para efetuar a mudança foi dada em 15 de agosto de 1905, sendo posta em prática imediatamente, conforme descreveu o diretor do Museu na página 174 do Relatório de 1906.

⁶⁰ AHRGS. Relatório SOP de 1905, pg.13.

⁶¹ No Relatório de 1904 o diretor do Museu transcreve as palavras que Ramiro Barcellos deixou registradas no livro de Reclamações e Impressões do Museu ao visitá-lo: “A impressão mais acentuada que me deixou a visita ao Museu foi o perigo que correm as ricas coleções, se continuarem a permanecer nos pavilhões de madeira em que se acham atualmente, podendo ser destruídas em um momento pelo fogo, ou alteradas pelas intempéries. (AHRGS. Relatório SOP de 1904. Pg. 222)

atual Coronel Fernando Machado, onde se situavam as cachoeiras da propriedade. O prédio foi erigido em estilo neoclássico com fachada revestida de pedra grés, com área construída de 482,18 metros quadrados para ser a residência de Catão Roxo. Em 1897, ao término do mandato de Julio de Castilhos como Presidente do Estado, o PRR, por sugestão de Fernando Abott, abriu uma subscrição entre os correligionários para a compra do imóvel, que deveria passar a servir de residência do líder do Partido. Em 25 de janeiro de 1898 Julio de Castilhos mudou-se com a família para a casa, onde permaneceu até sua morte em 1903.

Em 1905, quando o governo do Estado adquire a casa dos herdeiros de Julio de Castilhos para instaurar o Museu, ela contava com dez peças: três salas, três quartos (um de casal e dois de solteiro), uma sala de jantar, uma copa, uma cozinha e um gabinete de trabalho⁶².

Mesmo demonstrando satisfação pelo Museu ter saído dos pavilhões de madeira em que se encontrava desde 1903, o diretor Simch não deixa de apontar alguns problemas que vê na nova sede logo após a transferência e que precisam ser resolvidos:

O edifício em que está definitivamente o Museu, conquanto excelente, tem todavia alguns defeitos, sem grande tardança, devem ser corrigidos. Apontarei entre eles os mais importantes: a estreiteza e pequenez de certas salas, a falta de luz em alguns cômodos e, sobretudo, a deficiência do espaço. As coleções têm crescido de modo extraordinário, fazendo-se já sentir bastante a falta de lugar para a distribuição; no entanto, com alguma paciência, consegui dar localidade aos objetos todos, embora alguns ficassem menos bem expostos.

Torna-se urgente mandar fazer uma pintura em geral em todas as esquadrias, pois a tinta da última mão já não mais resguarda a madeira convenientemente. Algumas salas, forradas de papel escuro, devem ser despidas e caiadas, afim de aumentarmos a luz de tais compartimentos. A fachada em grés cru, precisa também ser reavivada; das cimalthas tem de ser retirada grande quantidade de limo, poeira e terra, que enfeiam muito o edifício.

A iluminação interna era feita de gás carbônico, mantendo-se intactos os encanamentos, combustores, etc., conquanto não nos sirvamos deles. (AHRGS. Relatório SOP, 1906. Pg. 174).

⁶² Informações contidas no inventário de Honorina de Castilhos e que são relatadas em Levantamento feito pela historiadora Eni Barbosa em 08/10/1987. Esse documento encontra-se no arquivo do IPHAE, na pasta referente ao Museu Julio de Castilhos.

Embora longa a transcrição acima é importante porque descreve a situação da casa quando da transferência do Museu e também por mencionar pela primeira vez a exigüidade do espaço. Essa é, sem sombra de dúvida, a reclamação que mais aparece nos relatórios. Inúmeras vezes o diretor Simch menciona que a casa não tem espaço suficiente para acompanhar o crescimento constante das coleções de ciências naturais e para comportar adequadamente laboratórios de análises químicas, geológicas e mineralógicas, que funcionavam junto com a secretaria e o setor de taxidermia nos “porões úmidos, baixos e pouco iluminados”⁶³ do prédio.

No ano de 1909, procura-se resolver o problema da estreiteza das salas apontada por Simch, com a remoção de algumas paredes internas, ficando a casa reduzida a “cinco grandes salões bem espaçosos e arejados”⁶⁴. Mas essa modificação não resolveu o problema da falta de espaço e de inundações. Simch continuou a reclamar:

Nossos gabinetes atualmente lutam com falta de espaço, achando-se amontoados em porões sem ar e sem luz.

Acontece mais que a parte assoalhada deles se costuma encher d'água quando chove, tornando perigosa, até, a permanência neles e na secretaria que está em idênticas condições.

Para este gravíssimo defeito no prédio chamo a vossa mais pronunciada atenção. (AHRGS. Relatório de 1909. Pg.24)

Diante do problema da falta de espaço do prédio para comportar adequadamente as coleções e os setores do Museu, Simch faz duas sugestões à Secretaria de Obras Públicas, a qual o Museu era subordinado. Uma é que se construísse um pavilhão no terreno do próprio Museu. A outra é que o Museu fosse transferido para outro prédio, especialmente construído para suas atividades.

A sugestão de construção de um novo prédio para abrigar o Museu aparece nos relatórios de 1909, 1911 e 1912. No Relatório de 1912 o diretor aponta que o Estado já construiu prédios especialmente para abrigar o Arquivo Público e a Biblioteca. Argumenta que o terreno onde o Museu está não é

⁶³ Descrição feita no Relatório a SOP de 1910. Pg. 23.

⁶⁴ AHRGS. Relatório de 1909. Pg.21.

apropriado para uma nova construção e chega mesmo a sugerir locais da cidade onde se poderia erguer um novo prédio para o Museu:

[...], parece-me de melhor conselho constituir-se um edifício especialmente destinado a servir de Museu, não era preciso que de uma só vez o construísse, pois poderia ser feito em alas ou mesmo pavilhões independentes, localizado fora do perímetro urbano da Capital. Apontam-se como especialmente adequados a este fim os subúrbios designados pelos nomes de S. Manoel, junto aos Moinhos de Vento, a parte superior do denominado bairro Rio Branco, mesmo certas seções do arraial da Glória e do de Teresópolis poderiam servir. Convém nunca perder de vista que os Museus de história natural aumentam ininterrompidamente as suas coleções de modo que o espaço deve crescer na mesma proporção; no local onde atualmente estamos, este se não pode modificar, porque a área é pequena e apertada entre os prédios muito altos, d'outro lado ela se estende, por um fortíssimo declive abaixo o que faz não só perder em estética como aumenta as despesas.(AHRGS. Relatório SOP 1912. Pg.30)

Quanto ao destino que poderia ser dado ao prédio que o Museu ocupava, Simch sugere que outra repartição pública do Estado o ocupasse: “a Chefatura de Polícia, ou a Diretoria de Higiene ou a Repartição de Estatística, que estão mal acomodadas, encontrariam aqui todas as acomodações”⁶⁵.

Entretanto, anteriormente, no Relatório de 1909, Simch havia apontado outro destino para o prédio ao sugerir a venda da ex-casa de Julio de Castilhos. Os recursos obtidos com a venda seriam utilizados na construção do novo prédio do Museu:

Outro meio de evitar a falta de espaço seria alienar o prédio e com o produto da venda construir prédio próprio já adequado ao fim a que se destina. (AHRGS. Relatório SOP, 1909. Pg. 22)

A partir do Relatório de 1913 a sugestão de transferência do Museu para outro local não é mais feita. O diretor continua apontando a exigüidade do espaço do prédio para abrigar todas as coleções, bem como os problemas na sua estrutura, mas a sugestão que aparece nos relatórios é da ampliação do espaço do Museu com a construção de pavilhão no terreno onde o prédio se encontra. Argumenta que há espaço para a construção e que pela própria conformação do terreno, a obra não exigiria muitas despesas:

Parece-me que, em se tratando de ampliar esta parte da Repartição, a despesa será muito pequena, pois a construção de um pavilhão no

⁶⁵ AHRG. Relatório SOP 1912. Pg.31.

próprio terreno do Museu atenderia bem a este propósito. Como se trata de uma construção no interior do Jardim todas as despesas exigidas ou determinadas pela situação de uma rua desaparecem. (AHRGS. Relatório SOP, 1916. Pg. 695)

Como o terreno desta Repartição é extenso, parece-me se poderia aproveitá-lo para o levantamento de um ou mais pavilhões, dos quais um seria destinado a gabinetes e salas de trabalho; como sabeis nossa atividade aqui exerce-se em porões úmidos e escuros e sem nenhum requisito que ali recomende a sua continuação. (AHRGS. Relatório SOP 1917. Pg. 549)

Interessante observar que Simch parou de sugerir a transferência de local do Museu justamente a partir de 1913, ano em que Borges de Medeiros retornou ao governo do Estado. Os relatórios em que ele sugeriu a saída do Museu da ex-casa de Castilhos com a sua ocupação por outra repartição pública ou mesmo a sua venda, são do período do governo de Carlos Barbosa⁶⁶.

Na documentação examinada não há nenhuma manifestação do governador ou mesmo da SOP em relação às sugestões do diretor do Museu. Porém, considero que a volta de Borges ao governo tenha influenciado no fato de Simch não mais sugerir a transferência do Museu para outro local. Não podemos esquecer da grande proximidade entre Borges e Castilhos e que foi sob a administração de Borges de Medeiros que a outrora residência de Castilhos foi adquirida para sediar o Museu do Estado.

Em todo esse processo dois aspectos parecem ficar evidenciados. Um deles é a prioridade dada por Simch às coleções de ciências naturais, pois é sempre em nome delas que reclama um local com maior espaço. O outro aspecto é a intenção por parte do governo do Estado de “vivificar” a memória de Castilhos através da manutenção do Museu na casa do patriarca, pois mesmo diante de todas as alegações (muitas vezes justas) em relação ao espaço, nunca foi cogitado pelo governo a transferência do Museu para outro local.

Os motivos que teriam levado o governo a adquirir a casa e para lá ter transferido o Museu do Estado não foram suas características arquitetônicas ou

⁶⁶ Carlos Barbosa, também do PRR, governou o Estado entre 1909 e 1912. Borges de Medeiros governou o Rio Grande do Sul de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928.

sua apropriação para o funcionamento do Museu⁶⁷, mas por ter pertencido a Julio de Castilhos. Ou seja, é a vinculação da residência ao seu antigo proprietário que motivou a compra. A casa de Castilhos é utilizada para celebrar a memória de seu antigo dono, que lá viveu parte de sua vida e morreu. Interessante observarmos, portanto, que a compra da casa foi feita na intenção de preservação, mas não ainda como um discurso do patrimônio. Não há ainda a atribuição de um determinado valor à casa para ser preservada como patrimônio histórico, artístico e/ou arquitetônico – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, seria criado apenas em 1937⁶⁸ -.

A vinculação do Museu a Castilhos fica mais evidente com a mudança do nome da instituição para Museu Julio de Castilhos. O Decreto estadual nº 1.140 de 19 de julho de 1907 diz:

[...] atendendo aos invidáveis serviços prestados pelo extinto estadista rio-grandense Dr. Julio de Castilhos, em prol do Museu do Estado, instituição a que ligou o maior interesse e de que foi o iniciador, resolve, em homenagem aquele benemérito patriota e no uso da atribuição que lhe confere o artigo 20 da Constituição, dar ao Museu a denominação de “Julio de Castilhos”.⁶⁹

Portanto, o Museu ao ocupar a ex-casa de Castilhos e adotar o seu nome, transforma-se num espaço evocativo e celebrativo da memória de seu antigo morador.

Possamai (2001) ao estudar o processo de formação do Museu da cidade de Porto Alegre aponta que o Solar Lopo Gonçalves onde o Museu foi instalado, é também um objeto – “o maior objeto do acervo do museu” (p.104), no sentido de que esse rememora e celebra a memória de seu antigo dono. Ao fazer essa operação pode ser entendido também como um *museu memória*

⁶⁷ Os relatórios demonstram claramente que o imóvel não era adequado para o funcionamento de um museu, ainda mais um museu com grandes coleções de ciências naturais. O prédio tinha espaço muito reduzido, era muito escuro e úmido.

⁶⁸ Andréa Reis da Silveira informa que “em 1937, as coleções foram tombadas pelo livro de Belas Artes da Superintendência do IPHAN” (SILVEIRA, 2010, p.21). A valorização e o reconhecimento do valor arquitetônico do prédio do Museu Julio de Castilhos enquanto patrimônio a ser preservado, só viria em 1982, quando em 28 de julho é feito seu registro no Livro Tombo Histórico do IPHAE. No parecer do processo de pedido do tombamento é argumentado a historicidade do prédio e seu valor arquitetônico. Ver ZAMIN, 2006, p. 53.

⁶⁹ Apud POSSAMAI, 2009, p. 7

Museu memória refere-se à presença no museu das operações de evocação, rememoração e celebração atinentes à memória individual ou coletiva. São assim as lembranças, afetos, sentimentos e valores atribuídos ao objeto que o revestem de uma dimensão simbólica e que propiciam que o mesmo seja guardado em casa e depois no museu.

Conservar o objeto no museu significa dar continuidade às pessoas além da sua morte. O Solar é um dos maiores portadores dessas características sendo utilizado para celebrar a memória de seu primeiro proprietário, da entidade associativa por ele fundada e do grupo econômico a eles relacionados. (POSSAMAI, 2001, p.16)

Penso que também podemos considerar o prédio do Museu Julio de Castilhos como sendo *o maior objeto de seu acervo*, no sentido de que ele deu continuidade a Julio de Castilhos depois de sua morte – indicando uma “vontade de duração” (POSSAMAI, 2001, p.109). Ou seja, o Museu não foi mantido na antiga residência de Castilhos de forma gratuita, mas por estar a casa profundamente vinculada ao seu antigo morador.

Também penso ser válido nessa reflexão sobre a compra da casa de Castilhos para sediar o Museu, considerar o que nos diz Mario Chagas a respeito da tendência dos museus celebrativos da *memória do poder*, de se instalarem em locais anteriormente ocupados por personalidades ligadas ao poder.

Não é fruto do acaso o fato de muitos museus estarem fisicamente localizados em edifícios que um dia tiveram uma serventia diretamente ligada a estâncias que se identificam e se nomeiam como sedes de poder ou residência de indivíduos “poderosos”. Exemplificando: Museu da República e Museu do Itamaraty – antigas sedes republicanas do poder executivo; Museu Imperial e Museu Nacional da Quinta da Boa Vista – antigas residências da família imperial; Paço Imperial – antiga sede do poder executivo; Museu Benjamim Constant – antiga residência do fundador da República; Museu Casa de Deodoro – antiga residência do proclamador da República; Museu Casa de Rui Barbosa – antiga residência de um dos ministros da República; Museu Histórico Nacional – complexo arquitetônico que reúne prédios militares do período colonial (Fortaleza de São Tiago, Arsenal de Guerra e Casa de Trem); Museu do 1º Reinado – antiga residência da Marquesa de Santos, amante de D.Pedro I. (CHAGAS, 2002, p. 53-54)

À longa lista apresentada por Chagas poderíamos acrescentar: Museu Julio de Castilhos – antiga residência do líder republicano rio-grandense, fundador do PRR e Presidente do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte, que nos retira fisicamente do mundo, inicia um processo que leva inevitavelmente ao esquecimento. Esse processo pode durar anos para se completar, mas certamente chega o dia em que não povoaremos mais as lembranças de ninguém. É a ausência absoluta, quando nosso nome nunca mais é pronunciado, quando nossos rastros são definitivamente apagados e o mundo continua como se nunca estivéssemos pertencidos a ele. A morte, portanto, se completa com o esquecimento total. Mas alguns escapam dessa condenação. Alguns têm sua presença perpetuada de tal forma que consideramos que o mundo ficou de um determinado jeito só por causa da sua passagem por ele. Mesmo após a morte, mantêm-se vivos e presentes como heróis, mitos, santos. Mas esse fenômeno da perpetuação consagrada não é espontâneo. É proposital, é fabricado, exige uma intenção, uma vontade de perpetuação da presença. Para que a ausência nunca se torne absoluta é preciso evocar, chamar, trazer à lembrança. Exige, portanto, um esforço de repetição da evocação que consagra. Para que a ausência de alguém não se complete, atuam muitos elementos e instituições que evocam sua presença. Uma das instituições que atuam nesse sentido cumprindo a função de evocar e celebrar as memórias dos escolhidos para serem *imortais* é o Museu Histórico. Esse, muitas vezes é transformado em local de culto a personalidades, expondo objetos dos mortos selecionados para viverem sempre na lembrança de todos. Foi isso que aconteceu no Museu Julio de Castilhos em relação ao seu patrono.

Após a morte de Julio de Castilhos, por iniciativa do governo de seu correligionário e herdeiro político, Borges de Medeiros, iniciou-se um esforço de perpetuação de sua memória. Nesse trabalho procurei verificar se o Museu do Estado, criado nove meses antes da morte do líder republicano, também atuou nesse processo da perpetuação e heroificação de Castilhos durante o período de 1903 a 1925. Nesse período o museu teve um caráter enciclopédico, voltando-se mais para as coleções de ciências naturais, como acontecia com outros museus em nível internacional e nacional. Entretanto, a documentação oficial – relatórios anuais e correspondências do Museu – nos indicaram que, mesmo sendo voltado às ciências naturais e não investindo no aumento e

organização das coleções de sua seção histórica, o Museu vai desempenhar a função de glorificação da memória de Julio de Castilhos. A morte do patriarca impôs isso à instituição e três iniciativas nos levam a confirmar a questão que alavancou essa pesquisa. Uma de iniciativa da direção do Museu e outras duas de iniciativa do governo do Estado.

Logo após a morte de Julio e Castilhos o diretor do Museu, como forma de homenagear o morto ilustre, cria uma coleção especial junto à seção histórica para recolher e guardar os objetos que pertenceram a Julio de Castilhos. Esses objetos são considerados *reliquias* que deveriam ser preservadas. Correspondências assinadas pelo diretor solicitaram que imagens de Castilhos – fotografias e busto – fossem doadas ao Museu. Isso ocorreu no ano de 1903 e 1905, depois não encontramos mais menção a essa coleção. Entretanto, houve nesse momento inicial após a morte, a intenção do Museu de recolher e guardar objetos evocativos da memória do líder republicano rio-grandense.

As outras duas atitudes identificadas e que também agiram na intenção de evocação da memória do político são de iniciativas do governo do Estado. A primeira foi a compra da ex-casa de Castilhos, em 1905, para sediar o Museu do Estado. Mesmo o prédio não tendo se mostrado adequado para as atividades da instituição, mesmo diante das inúmeras reclamações e sugestões feitas pelo diretor de construção de um prédio para o Museu em outro local, o governo manteve a instituição na casa onde por um tempo viveu e onde morreu Julio de Castilhos. Essa atitude demonstra que a instauração e a manutenção do Museu nesse prédio foram feitas pelo que ele simbolizava. Acima de seu valor arquitetônico, a casa tornou-se emblemática por ter sido a residência de Castilhos podendo ser considerada um objeto do acervo, a maior “reliquia” que a coleção Julio de Castilhos possuía. Essa valorização do prédio é acentuada se lembrarmos que o governo do Estado construiu prédios novos especialmente para abrigar a Biblioteca e o Arquivo Público e que tinha também projeto de construção de um prédio especial para o Museu, para retirá-lo da precariedade dos galpões de madeira onde inicialmente funcionou. Foi a morte de Castilhos que parece ter feito o Estado mudar de planos, substituindo

esse projeto pela compra da casa do republicano morto. Ou seja, parece não ter sido a questão da economia de recursos, pois o Estado gastou dinheiro com a compra do imóvel, nem por desprestígio ou desvalorização do Museu em relação ao Arquivo e à Biblioteca, pelo contrário, foi justamente pela valorização da casa, pelo que ela simbolizava, que o Museu passou a ocupá-la.

A partir das propostas de transferência de prédio e, principalmente da venda deste, inferimos que a valorização simbólica que o governo deu a casa não foi dada da mesma forma pelo diretor do Museu. Isso pode parecer contraditório, pois foi esse mesmo diretor que tomou a iniciativa de iniciar uma coleção com objetos de Castilhos no Museu. Porém, penso que as suas sugestões sobre a mudança do prédio do Museu não fosse uma desconsideração com a memória do Patrono, já que a documentação examinada não revelou nenhuma contrariedade do diretor quando o Estado anunciou a compra e a transferência do Museu para a antiga residência de Castilhos. Pelo contrário, no início Simch se demonstrou satisfeito e não reclamou o antigo projeto de construção de um prédio especial para ao Museu. As suas propostas de saída da casa são feitas a partir do momento em que ocupa esse espaço e começa a nele trabalhar, verificando *in locus* suas inadequações. Isso indica, antes de tudo, a concepção de museu que ele defendia, voltado às ciências naturais. Simch cria a coleção Castilhos em homenagem póstuma, mas acima de tudo, estava preocupado com suas coleções zoológicas, botânicas e mineralógicas. Dessa forma, precisava de um lugar adequado para estudá-las e expô-las, o que fazia que tivesse uma percepção funcional do espaço ocupado pelo Museu, que para ele era inadequado. Não levava em conta a quem teria pertencido a casa, mas considerava acima de tudo, as suas características físicas e arquitetônicas, que para ele eram inapropriadas para o funcionamento de um museu de história natural, onde as coleções crescem rapidamente.

A outra atitude do governo destacada foi a alteração do nome do museu em 1907, que por Decreto estadual deixou de ser Museu do Estado para ser Museu Julio de Castilhos. Essa atitude foi uma homenagem póstuma a

Castilhos que marcou e atrelou definitivamente a casa e o Museu à imagem do patriarca.

Dessa forma, podemos considerar que a utilização do Museu como um veículo de glorificação de Julio de Castilhos fez parte de um projeto de governo, muito mais do que um projeto da direção do Museu. Logicamente a criação da coleção de Castilhos ajudou a perpetuar sua memória, mas parece ter sido uma iniciativa muito mais de homenagem, no momento ainda de condolência da morte recente, do que um projeto maior de criação do mito republicano como foi feito pelo governo.

Porém, fica a certeza de que o Museu é sim uma instituição consagradora. O Museu Julio de Castilhos é exemplo disso, seja pelos objetos, seja pela casa que ocupa, seja pelo seu nome, colaborou para que Julio de Castilhos não sofresse do *apagamento* a que os simples mortais estão condenados. O Museu participou do processo de – parafraseando Regina Abreu – *fabricação* da imortalidade consagradora do Patriarca gaúcho.

Tentando contribuir para o debate sobre o papel dos museus históricos atualmente, chamamos a atenção para o que coloca o professor Ulpiano Bezerra de Meneses de que

a evocação e celebração da memória devem estar obrigatoriamente presentes no museu histórico. Não, porém, como objetivo e, sim, como objeto de conhecimento. (...) Por conseqüência, se um museu quiser efetivamente ser histórico, deverá, além de evocar e celebrar o passado, também organizar-se para que uma sociedade determinada possa ser entendida tal como ela se apresenta, isto é, organismo vivo, sujeito a mudanças. Assim, o museu histórico pode contribuir para o enriquecimento da consciência histórica, que é a percepção da vida social como produto da ação humana, que a gera e transforma. (MENESES, 1992, p. 6-7).

Fazendo coro com o professor Ulpiano, podemos colocar que os museus são, portanto, instituições que constroem representações, apresentam um determinado discurso sobre a realidade a partir do conjunto de objetos que preservam, conservam, pesquisam e expõem. Podem criar diversas narrativas históricas a partir de seus acervos, a partir de questões que o presente impõe (problematiza) a esses objetos. Assim, não entende-se a memória como um *resgate* do passado para o presente efetuado magicamente pela simples

exposição de um objeto fetichizado, como muitas vezes os museus históricos podem ter considerado. A operação é contrária, é o presente que constrói o passado, já que “a elaboração da memória se dá do presente para responder a solicitações do presente” (MENESES, 2000, p. 83). Por isso sabemos ser possível múltiplas construções de memórias, que se transformam a partir do presente que as constrói e solicita. Essa diversidade de representações do passado é encontrada e/ou deve ser atualmente buscada nos museus históricos onde não mais cabe a construção de uma única identidade nacional e/ou regional atrelada a nomes de alguns poucos personagens da nossa história.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do Museu: da elaboração conceitual à instituição pública. **Projeto História**: trabalhos da memória, São Paulo, v. 17, n., p.281-315, nov. 1998.

_____. **O Museu Paulista**: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.

BRITO, Luciana Oliveira de et al. A sala Julio de Castilhos e a construção do mito do Patriarca. In: POSSAMAI, Zita et al. **Imagens e Artefatos**: estudos sobre o acervo do Museu Julio de Castilhos. Porto Alegre: UFRGS, 2011. CD-ROM.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 19, n., p.35-66, 2002.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Esboço biográfico de Julio de Castilhos. In: AXT, Gunter. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p.19-30.

FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva; ELMIR, Cláudio (Org.). **Mitos e heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

GIOVANAZ, Marlise; PERETTI, Luís Armando. O Museu como *locus* de produção da história nacional e regional: o caso do Museu Julio de Castilhos. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, Canoas, n.2, p. 159-168, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. Escapando da Amnésia: o museu como cultura de massa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 34-55, 1994.

ICOM – COMITÊ INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Definição de Museu**. Disponível em: <<http://museus.gov.br/museu>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, p. 19-32, 2006.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LEAL, Elisabete da Costa. **Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá**. 2006. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: UNB, 2009.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Para que serve um museu histórico? In: _____. et al. **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992. p. 3-6.

_____. Museus Históricos: da celebração à consciência histórica. In: MENESES, U.B. et al. **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992. p. 7-10.

_____. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.27, p. 91-101, jan./jun. 2000.

_____. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p. 15-84.

NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.23, p.87-112, jan./jun. 2005.

_____. **“Paisagens da Província”**: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta. 1999. 336 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NUNES, Nara Machado. O museu Julio de Castilhos e a construção da memória. In: AXT, Gunter. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 275-279.

POSSAMAI, Zita. **Nos bastidores do museu**: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

_____. Um museu de ciências se aproxima da escola: relações entre o Museu do Estado e a educação nas primeiras décadas do século XX. In: ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2009, Caxias do Sul. **Infância, cultura escrita e história da educação**. Caxias do Sul: ASPHE/UCS, 2009.

_____. “Lições de Coisas” no Museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2010, São Luís. **Infância, Juventude e Relações de Gênero na História da Educação**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2010.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Museu Julio de Castilhos: trajetória histórica e perfil (parcial) de um acervo. In: AXT, Gunter. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 265-273.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamonde; Brasília: MinC/ IPHAN/DEMU, 2006.

_____; CHAGAS, Mário. A linguagem de poder dos museus. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian. **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamonde, 2007. p. 12-19.

SCHEINER, Tereza Cristina. O museu, a palavra, o retrato e o mito. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.57-73, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/6/19>. Acesso em: 04 de outubro de 2011.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. Os museus etnográficos brasileiros: “Polvo é povo, molusco também é gente”. In: _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1993. p. 67-98.

SILVEIRA, Andréa Reis da. Museu Julio de Castilhos: apontamentos museológicos. In: _____ e CAPRA, Armando (Org.) **O papel dos museus de história no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Museu Julio de Castilhos, IEL, CORAG, 2010.

SUANO, Marlene. **O que é Museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

ZANIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul** - a atribuição de valores a uma memória coletiva *edificada* para o Estado. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.